



Relatório de Gestão 2020

Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo – Coren-SP

Alameda Ribeirão Preto, 82 • Bela Vista • São Paulo • 01331-000 • (11) 3225-6300 • gabinete@coren-sp.gov.br • www.coren-sp.gov.br

Relatório de Gestão 2020



Coren^{SP}
Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo

Sumário



Apresentação

Carta do Presidente	04
----------------------------------	----



Capítulo 1 – Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo

Visão Geral	06
Modelo de Negócios/ Cadeia de Valor.....	09
Estrutura Organizacional.....	10



Capítulo 2 – Governança, Estratégia e Alocação de Recursos

Governança.....	13
Estratégia.....	16
Alocação de Recursos.....	18



Capítulo 3 – Riscos, Oportunidades e Perspectivas

Controle de Riscos.....	20
Riscos e Relação com Objetivos Institucionais.....	21
Mitigação de Riscos.....	22



Capítulo 4 – Resultados e Desempenho da Gestão

Atuação Institucional.....	24
Eficiência Operacional.....	31
Infraestrutura e Tecnologia.....	34
Gestão Orçamentária e Financeira.....	36
Gestão de Pessoas.....	45
Gestão de Licitação e Contratos.....	47
Gestão Patrimonial e Infraestrutura.....	49
Gestão de Custos.....	52



Capítulo 5 – Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis

Declaração do Contador.....	54
Balanco Patrimonial.....	56
Demonstrações das Variações Patrimoniais.....	57
Balanco Orçamentário.....	58
Balanco Financeiro.....	59
Demonstrativo de Fluxo de Caixa.....	61
Notas Explicativas.....	63

Créditos	77
-----------------------	-----------

Carta do Presidente James Francisco Pedro dos Santos – Gestão 2021-2023



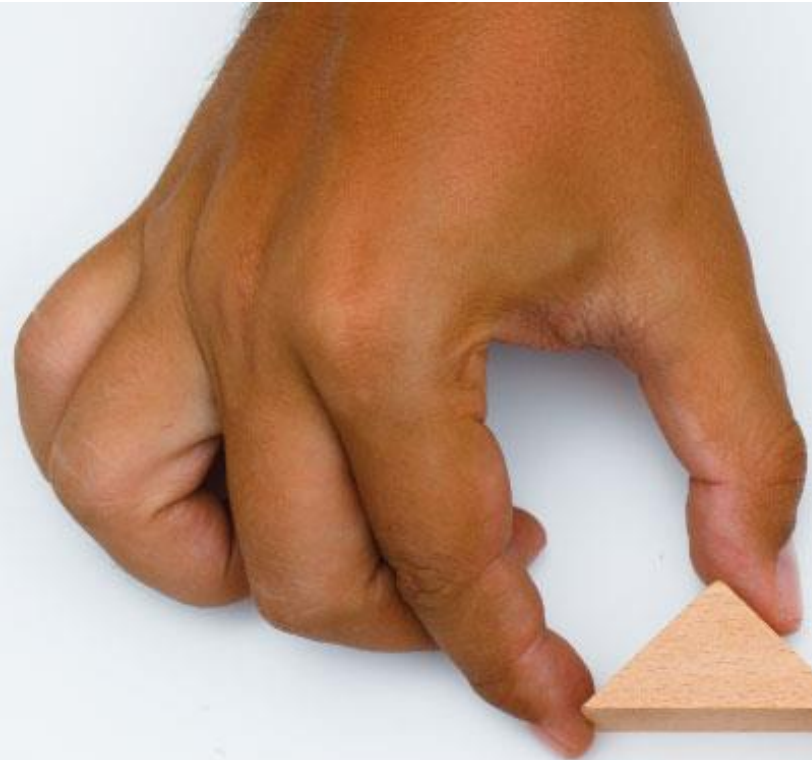
A transparência e a gestão responsável dos recursos públicos é um dos compromissos da Gestão 2021-2023 do Coren-SP. Assumimos a autarquia em um cenário de grandes desafios, que exigiram transformações na mesma proporção, do ponto de vista da inovação dos serviços. A busca pelo aprimoramento dos serviços e pela aproximação do Coren-SP junto aos profissionais tem sido uma ação constante desta autarquia e, com o advento da pandemia da Covid-19, foi necessário desenvolver os processos e as mudanças com mais celeridade para atender esses propósitos.

Essa realidade exigiu uma rápida adequação da máquina pública e novos investimentos nos diversos campos da gestão. O Coren-SP se tornou uma fonte de referência na disseminação de informações de utilidade pública para a enfermagem e para a sociedade, seja por meio dos canais e rotinas institucionais já existentes, ou por um chat criado exclusivamente para atender as dúvidas relacionadas à Covid-19 e intensificação dos uso das mídias.

Este relatório traz os resultados do trabalho desenvolvido em 2020, que teve como objetivos garantir o desempenho das funções finalísticas do Conselho e fortalecer o compromisso com a sociedade e a enfermagem paulista, intensificando a busca contínua por uma prestação de serviços adequada e focada na legalidade.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'James', with a long horizontal stroke extending to the right.

James Francisco Pedro dos Santos
Presidente do Coren-SP



1

Visão geral organizacional e ambiente externo

- Visão Geral
- Modelo de Negócios/Cadeia de Valor
- Estrutura Organizacional

Visão Geral

○ Coren-SP está regulamentado nos termos da Lei nº 5.905 de 12/05/1973, que criou o Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) e os Conselhos Regionais de Enfermagem (Coren), subordinados ao Federal, com a finalidade de disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de enfermagem, realizar o julgamento e a aplicação de penalidades nos casos de infração ao Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, além do cumprimento a observância de seus princípios éticos e profissionais.

Assim, cabe ao Coren-SP organizar o sistema de fiscalização do exercício da profissão de enfermagem no estado de São Paulo, cumprir e fazer cumprir a legislação por meio, principalmente:

- Análise e concessão de registro profissional para enfermeiros, obstetrizas, técnicos e auxiliares de enfermagem;
- Registros das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART);
- Deliberações sobre infrações éticas, processos de imposição de penalidades e multas;
- Demais assuntos relativos ao exercício das profissões abrangidas pelo Sistema Cofen/ Corens.

Nossos Canais de Comunicação



Portal

www.coren-sp.gov.br



Ouvidoria

www.coren-sp.gov.br/ouvidoria
0800-77-26736



Acesso à Informação

ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia

Redes sociais



Facebook

www.facebook.com/corensaopaulo



YouTube

www.youtube.com/tvcorensp



Instagram

www.instagram.com/corensaopaulo



LinkedIn

www.linkedin.com/company/coren-sp



Twitter

www.twitter.com/corensaopaulo

Diretoria do Coren-SP do triênio 2021-2023

<https://portal.coren-sp.gov.br/sobre-o-coren-sp/diretoria/>



James Francisco Pedro dos Santos
Presidente



Érica Chagas
Vice-presidente



Eduarda Ribeiro dos Santos
Primeira Secretária



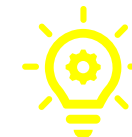
Mauro Antônio Pires
Segundo-secretário



Gergezio (Jesus) Andrade
Primeiro-tesoureiro



Virgínia Tavares Santos
Segunda-tesoureira



Nossa missão

Fiscalizar e disciplinar o exercício profissional da enfermagem amparado por requisitos éticos e legais.

Nossa visão de futuro

Ser uma autarquia de destaque na fiscalização profissional, reconhecida pela celeridade e modernidade e comprometida com a valorização do profissional de enfermagem.

Atributos de valores para a sociedade

Ética, Eficiência, Transparência,
Acessibilidade, Modernidade,
Comprometimento, Responsabilidade,
Profissionalismo, Credibilidade, Inovação e
Celeridade.

Diretoria do Coren-SP no triênio 2018-2020



Renata Andrea Pietro Pereira Viana
Presidente



Cláudio Luiz da Silveira
Vice-presidente



Eduarda Ribeiro dos Santos
Primeira Secretária



Paulo Cobellis Gomes
Segundo Secretário

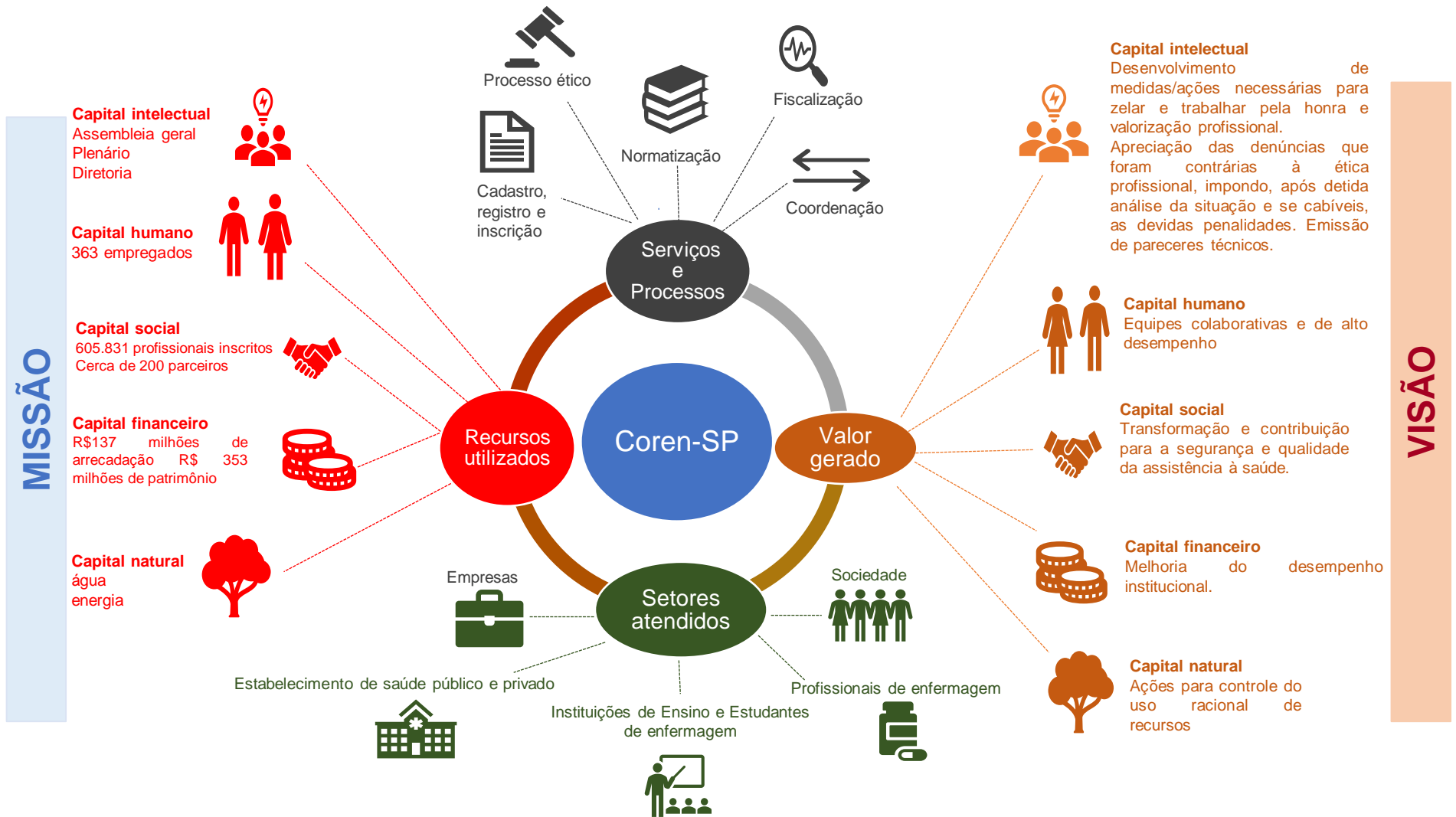


Jefferson Erecy Santos Caproni
Primeiro Tesoureiro



Edir Kleber Bôas
Segundo Tesoureiro

Modelo de Negócios / Cadeia de Valor



Estrutura Organizacional

Possuímos jurisdição em todo o território do estado de São Paulo, com sede e foro na respectiva capital.

O estado de São Paulo possui uma área territorial total de 248.222 km², com aproximadamente 46,6 milhões de pessoas e 645 municípios, sendo que no sistema informatizado do Coren-SP existem 18.404 instituições cadastradas com 108.609 profissionais vinculados.

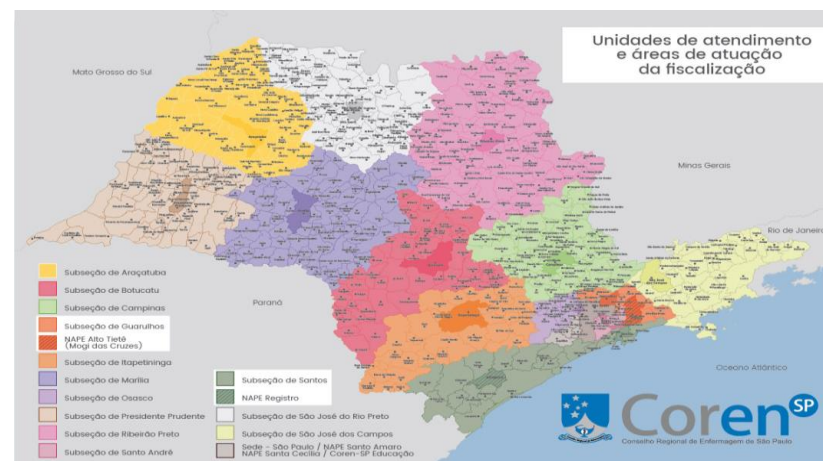
Estamos presentes em vários municípios do estado em duas formas:

- Subseções: unidades descentralizadas para atendimento presencial dos profissionais de enfermagem e execução das atividades de fiscalização junto aos serviços de saúde;
- NAPEs: núcleos de atendimento ao profissional de enfermagem que realizam somente o atendimento presencial dos profissionais de enfermagem, não havendo atividades de fiscalização.

<https://portal.coren-sp.gov.br/fale-conosco/enderecos/>

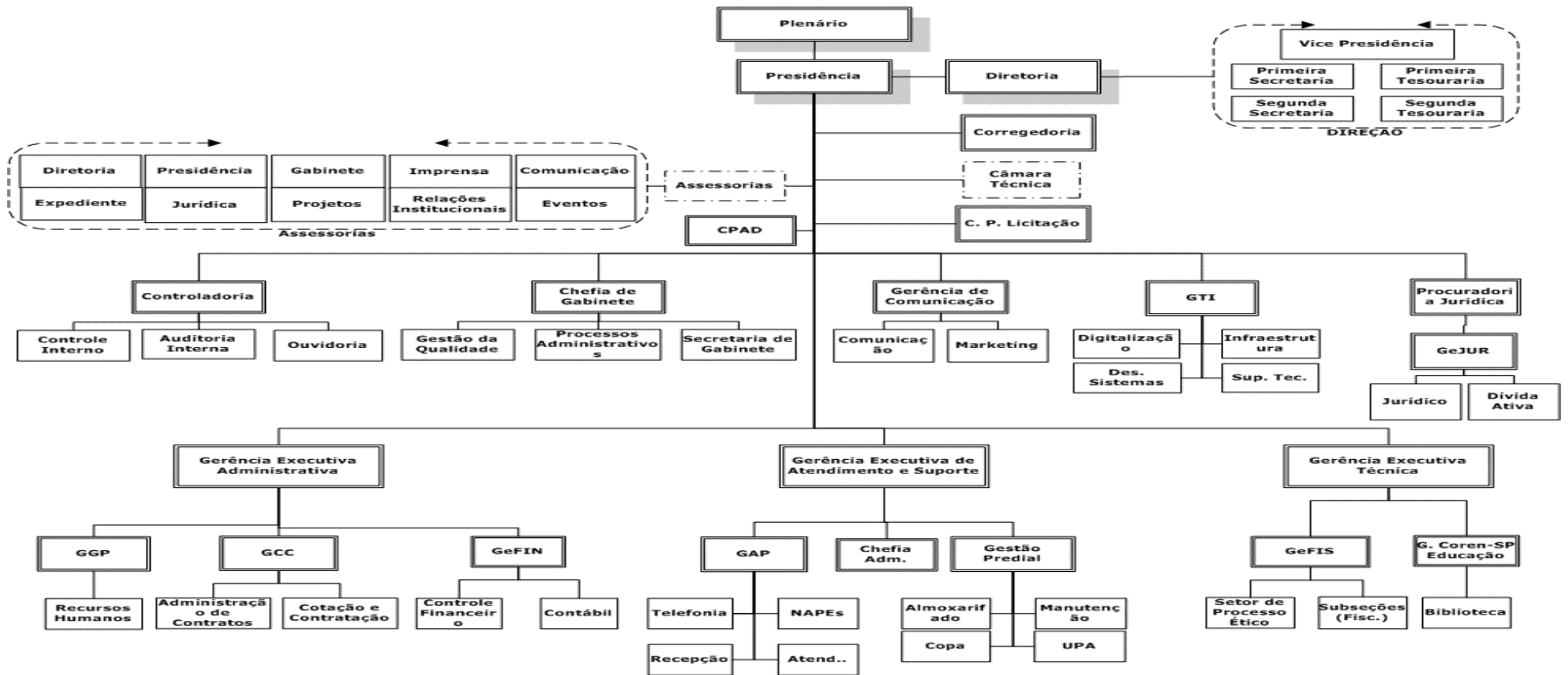
Em 2020 possuíamos 605.831 profissionais inscritos com registro ativo (143.835 enfermeiros, 245.039 técnicos de enfermagem, 216.667 auxiliares de enfermagem, 290 obstetrizas e 196 atendentes de enfermagem). Vale ressaltar que o número de inscrições ativas não corresponde ao número real de profissionais vinculados a um serviço de saúde, e que este número pode sofrer alterações diretas mediante aumento ou diminuição dos postos de trabalho, bem como da quantidade de egressos das instituições de ensino superior e técnico.

<https://portal.coren-sp.gov.br/enfermagem-numeros-dados.php>



Estrutura Organizacional

Abaixo apresentamos de forma esquematizada a estrutura administrativa do Coren-SP durante a gestão 2018-2020:
<http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/organograma/>



2 Governança, estratégia e alocação de recursos

- Governança
- Estratégia
- Alocação de Recursos



Governança

O conceito de Governança Pública, segundo o Decreto 9.203/17, é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle colocados em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com objetivo de conduzir as políticas públicas e a prestação de serviços de interesse da sociedade.

A governança vista de forma objetiva é tudo o que uma dada Instituição faz para garantir que as ações praticadas tenham o objetivo de melhorar a organização pública e tornando-a mais preparada para sua missão institucional.



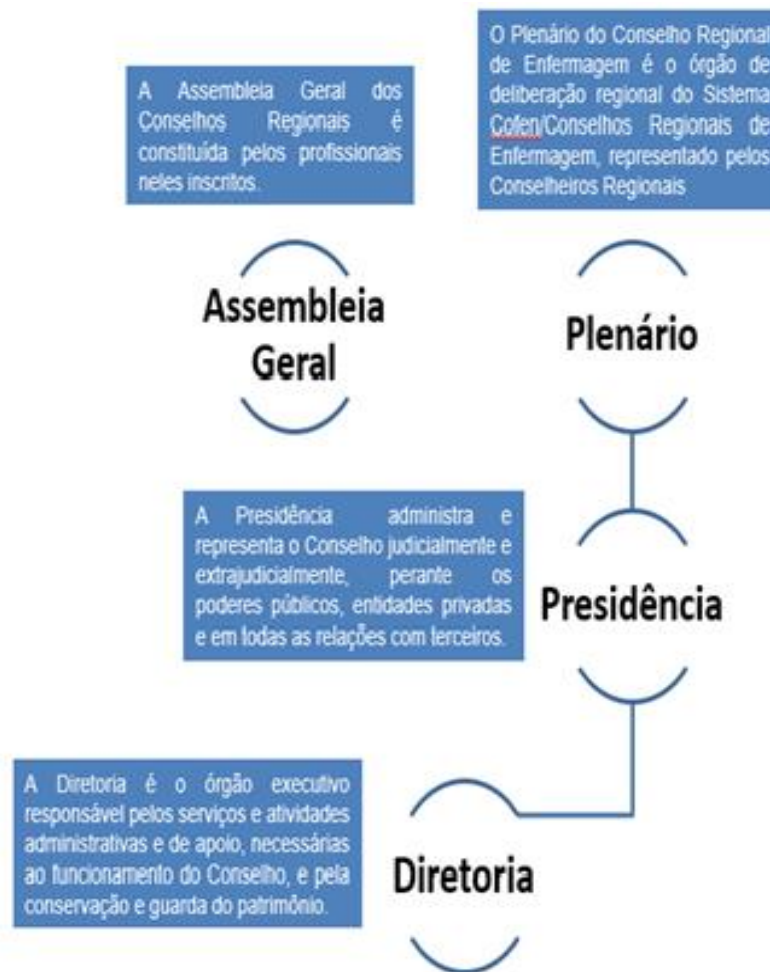
Governança - Principais Instâncias Internas de Governança

Temos autonomia administrativa, financeira, patrimonial, orçamentária e política, sem qualquer vínculo funcional ou hierárquico com os órgãos da Administração Pública.

Somos compostos por 21 (vinte e um) Conselheiros e igual número de Suplentes, todos de nacionalidade brasileira, na proporção de 3/5 (três quintos) de enfermeiros e 2/5 (dois quintos) das demais categorias de Enfermagem regulamentadas em Lei, em número sempre ímpar, sendo sua fixação determinada pelo Conselho Federal de Enfermagem - Cofen. O mandato dos nossos Conselheiros é honorífico e possui duração de três anos, admitida uma reeleição consecutiva.

Possuímos a seguinte estrutura organizacional: I – Assembleia Geral constituída pelos profissionais inscritos, II – Plenário, órgão deliberativo, III – Diretoria, órgão executivo.

<https://portal.coren-sp.gov.br/sobre-o-coren-sp/conselheiros/>



Governança - Instâncias Internas de Governança

Procuradoria Jurídica - PJUR

Responsável por garantir a regularidade dos atos praticados pelo Coren-SP e pela observância dos princípios constitucionais e legais que regem a Administração Pública.

Corregedoria

Órgão técnico e operacional responsável pela prevenção e apuração de irregularidades administrativas, e pelo desenvolvimento das atividades de correção no âmbito do Coren-SP.

Ouvidoria

Canal de comunicação entre os profissionais de Enfermagem, a sociedade, o público interno e a instituição para fazer solicitações, reclamações, denúncias, dar sugestões, fazer elogios, entre outras informações.

Controladoria Geral

Constitui-se em órgão de assessoramento técnico da Diretoria e Plenário do Coren-SP, objetivando controlar as atividades administrativas, orçamentário-financeira, contábil e patrimonial.

Gerências Executivas/Gerências

Órgãos de assessoramento técnico da Diretoria e Plenário do Coren-SP, com vistas ao auxílio estratégico das rotinas administrativas das áreas chaves.

Comissões

Auxiliam o Plenário do Coren-SP no desenvolvimento de atividades contínuas relacionadas a temas específicos de caráter legal, técnico ou administrativo.

Grupos de Trabalho

Possuem caráter temporário com a finalidade de subsidiar a diretoria, Plenário e outras áreas do Conselho por meio da realização de estudos de temas específicos para apresentar entendimentos e propostas.

Permanentes

Comissão de Orçamento
Comissão Permanente de Licitação
Comissão Permanente de Avaliação de Documentos
Comissão Permanente de Processo Administrativos

Especiais

Instituídas mediante as necessidades temáticas administrativas de forma pontual

Estratégia

Desde o ano de 2015 o uso do Planejamento Estratégico como ferramenta abrangente e eficiente de gestão tem sido implantado.

A concepção de um mapa estratégico teve como finalidade identificar as ações de conformidade necessárias para que os departamentos do Coren-SP melhorassem seus desempenhos. Conseqüentemente, a priorização das melhorias foi feita por um Comitê de Planejamento Estratégico que também estabeleceu o acompanhamento da evolução dos trabalhos por meio de reuniões semestrais de reportes com os responsáveis pelos departamentos, incluindo se necessário correções de rotas, repriorizações, adequações ao orçamento anual, projeções de receitas e aos investimentos planejados no Plano Plurianual.

Considerando que o ano de 2018 foi o primeiro ano da atual gestão, as bases utilizadas até então, foram consideradas e analisadas, a saber:

1- Priorização da imagem que o Conselho deseja demonstrar à **sociedade** e aos seus funcionários em termos de missão da instituição, visão de futuro e atributos de valor nos quais estão apoiados o seu funcionamento.

2- Identificação das conformidades necessárias para melhor fluidez dos **processos internos** de trabalho, aqueles que afetam todos os departamentos e o público alvo do Conselho;

3- Identificação das conformidades necessárias para melhorar os **recursos específicos** dos departamentos, sendo eles: Infraestrutura e Tecnologia, Financeiro, Controladoria, Gestão de Pessoas, Jurídico, Suprimentos, Administração Predial, Patrimônio e Almoxarifado.

No decorrer do ano de 2018, face à elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2019-2020, com vistas ao alinhamento orçamentário do momento, e vislumbrando as possíveis ações para o ano de 2020 as bases até então utilizadas foram revistas, e em consonância com o PPA foram reapresentadas, constituindo o planejamento estratégico que será implementado, e os objetivos anteriormente identificados foram analisados quanto à possibilidade de execução e então, realocados conforme as bases definidas.

Na próxima página apresentamos nossa estrutura de planejamento estratégico. <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/16721/download/PDF>

Estratégia - Objetivos

Nossa visão de futuro: Ser uma autarquia de destaque na fiscalização profissional, reconhecida pela celeridade e modernidade e comprometida com a valorização do profissional de enfermagem

Atuação Institucional

Aprimorar os diferentes tipos de comunicação com os públicos externo e interno, diversificando os canais de comunicação, utilizando linguagem clara e acessível e disponibilizando, com transparência, informações sobre a missão, visão e dados de desempenho do Coren-SP

Promover melhoria contínua da qualificação e formação dos profissionais inscritos para prestação de uma assistência segura

Melhorar o clima organizacional, elevando o comprometimento, a motivação e a satisfação dos colaboradores, resultando na melhora contínua do ambiente organizacional

Eficiência Operacional

Incentivar o desenvolvimento das competências dos colaboradores para aperfeiçoamento dos processos de trabalho, garantindo a celeridade dos atos administrativos, otimizando os custos e recursos humanos, observando os princípios norteadores da gestão pública do Coren-SP

Buscar a excelência na gestão por meio de atividades fiscalizatórias com ênfase no processo educativo e preventivo a fim de zelar por uma assistência de enfermagem segura para a sociedade e os profissionais de enfermagem

Infraestrutura e Tecnologia

Disponibilizar a infraestrutura, recursos materiais e tecnológicos necessários às atividades administrativas e fiscalizatórias, a fim de permitir o melhor desempenho, proporcionando condições de trabalho com saúde, segurança e preservação dos bens materiais e dos sistemas

Investir na atualização do parque Tecnológico, renovando a infraestrutura de TI (Equipamentos e Sistemas) e seu gerenciamento, de forma a garantir o desenvolvimento, o aperfeiçoamento e a disponibilidade dos sistemas essenciais ao funcionamento da Autarquia e à execução de sua estratégia

Alocação de Recursos

Valor efetivamente gasto com a função de fiscalização profissional*

R\$ 28.528.233,16



Salários

R\$ 19.754.104,27



Encargos

R\$ 5.848.562,76



Benefícios

R\$ 2.925.566,13



Indenização Transporte

R\$ 118.385,87

*Considerado como Fiscalização os seguintes cargos: Fiscais, Coordenadores de Fiscalização, Chefes Técnicos e Gerente de Fiscalização.
Benefícios: Considerados VR, VA, VT, Assistência Médica (valores aproximados), Reembolso Creche, Auxílio Filho Deficiente, Auxílio Funeral.
Outros custos: Considerado Complementação INSS e Adicional PDV .

**Considerados como Demais Atividades Finalísticas: Atendimento, Processo Ético, Administrativos lotados na GEFIS.
Benefícios: Considerados VR, VA, VT, Assistência Médica (valores aproximados), Reembolso Creche, Auxílio Filho Deficiente, Auxílio Funeral.
Outros custos: Considerado os que envolvem estagiários, como Auxílio Bolsa-Estágio, Auxílio-Transporte, Recesso Indenizado.

R\$ 15.319.361,77

Valor gasto com as demais atividades finalísticas**

Salários



R\$ 9.408.355,77

Encargos



R\$ 2.434.447,37

Benefícios



R\$ 3.253.018,88

Outros Custos



R\$ 223.539,64

Valores Gastos com Conselheiros



DESPESA	R\$
Diárias Conselheiros	30.160,00
Jetons	1.075.050,00

3

Riscos, oportunidades e perspectivas

- Controle de Riscos
- Riscos e Relação com Objetivos Institucionais
- Mitigação de Riscos



Controle de Riscos

Nossa proposta de controle de riscos é baseada em três “camadas” que contribuem para que a organização possa atingir seus objetivos por meio do gerenciamento de riscos de forma padronizada e a consequente implementação de controles efetivos. Neste modelo, cada grupo de gestores que compõe as linhas de defesa desempenha um papel distinto no sistema de controle interno, de acordo com nossa estrutura de governança.

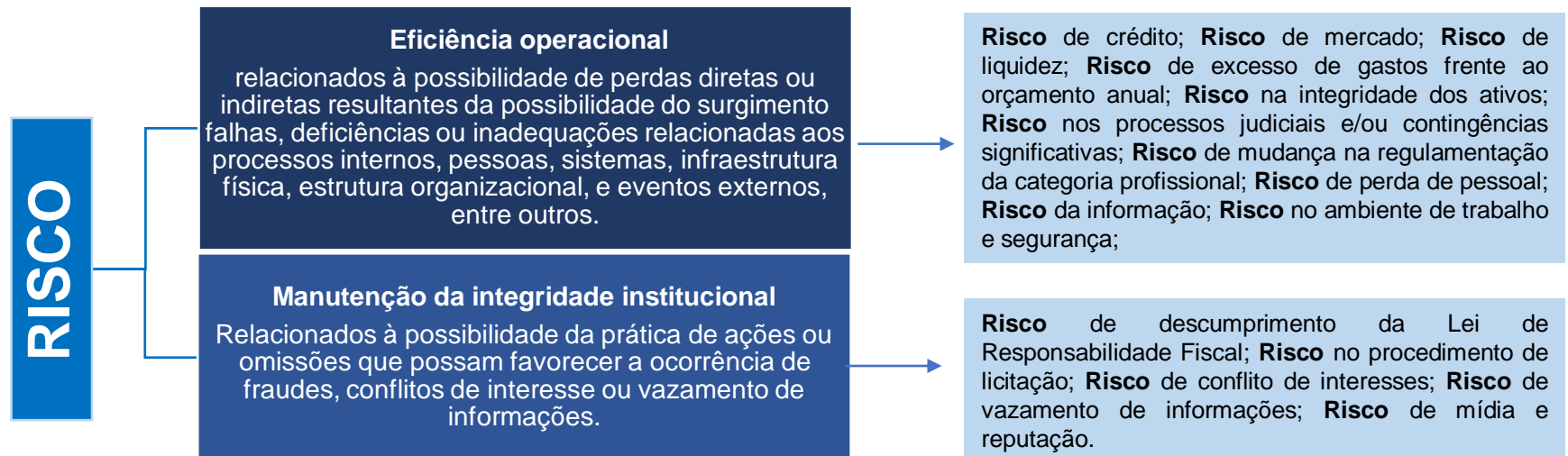


Riscos e relação com objetivos institucionais

A gestão de riscos e controles internos prevê a valorização dos objetivos finais, possibilitando a revisão de processos com vista a garantir a prestação de serviços com qualidade, realizados com custos adequados, respeitando um planejamento prévio para garantir o uso de recursos com responsabilidade. Trata-se da prevenção de riscos inerentes à própria gestão, especialmente aos riscos oriundos da realização de várias operações.

Nosso Conselho ainda está em uma fase inicial em relação à elaboração de um fluxo de processo de avaliação de riscos, bem como a construção de um modelo estruturado de gestão de riscos.

No entanto, considerando nossas atividades é possível identificar ao menos dois núcleos de riscos:



Mitigação de Riscos

Mitigação dos riscos na eficiência operacional

- Garantia do cumprimento da legislação federal que dispõe sobre a exigibilidade da qualificação profissional e necessidade de arrecadação de tributo;
- Esforços de cobrança e negociação junto aos profissionais;
- Controle de realização de gastos mediante pré-empenho garantindo realização apenas de despesas e investimentos, pelos valores previamente orçados;
- Controle por meio de cronograma anual de desembolsos e monitoramento dos gastos com pessoal dentro dos limites da lei;
- Emissão de notas de análise quanto as prospecções de gastos e arrecadação;
- Controle de acesso físico às instalações e ampla política de cobertura de seguros;
- Ação de corpo jurídico efetivo destinado a consultoria prévia e independente em relação aos atos administrativos e de gestão;
- Atuação contenciosa judicial em defesa dos interesses da Autarquia;
- Prática da mediação por meio de central de conciliação;
- Monitoramento das ações e demandas da categoria junto aos órgãos de classe;
- Uso de política de segurança da informação;
- Implantação de comitê de TI;
- Rotina de backup dos dados gerados;
- Política de uso de ativos de TI.

Mitigação dos riscos de manutenção da integridade

institucional

- Procedimentos de apuração para identificação de casos de condutas antiéticas e de danos ao erário;
- Ações permanentes de monitoramento de acesso a sistemas e pastas de rede;
- Controle do cumprimento ao estabelecido pela Lei de acesso à informação – LAI;
- Controle dos procedimentos de compras e aquisições por uso de fluxo definido por meio de norma interna;
- Realização de auditoria e controle interno pela Controladoria Geral;
- Acompanhamento e gestão dos canais de informação e mídia;
- Acompanhamento dos dados emitidos pela ouvidoria;
- Instituição do Comitê Interno de Governança, Integridade e [Compliance](http://ouvidoria.cofen.gov.br/corensp/transparencia/portarias/?idDocumento=11614)<http://ouvidoria.cofen.gov.br/corensp/transparencia/portarias/?idDocumento=11614> (**PORTARIA COREN-SP/DIR/150/2019**)
- Instituição da comissão para planejamento e acompanhamento das diretrizes previstas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais <http://ouvidoria.cofen.gov.br/corensp/transparencia/portarias/?idDocumento=11614> (**PORTARIA COREN-SP/DIR/145/2019**)



4

Resultados e desempenho da gestão

- Atuação Institucional
- Eficiência Operacional
- Infraestrutura e Tecnologia
- Gestão Orçamentária e Financeira
- Gestão de Pessoas
- Gestão de Licitação e Contratos
- Gestão Patrimonial e Infraestrutura
- Gestão de Custos

Gerência de Fiscalização

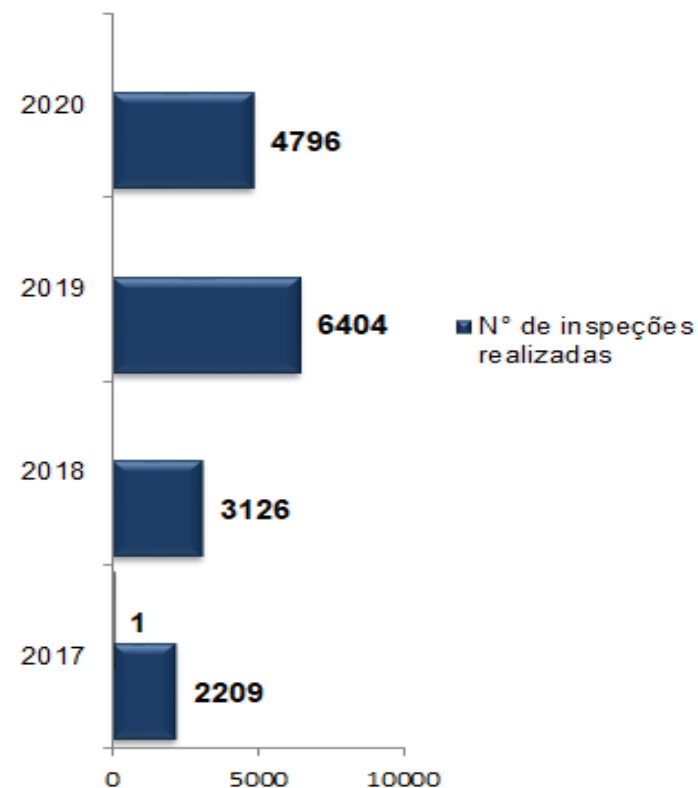
Panorama geral das ações de fiscalização

Trata-se do departamento responsável por fiscalizar o exercício da profissão nos locais onde existe a atuação de profissionais de enfermagem.

A equipe de fiscalização do Conselho Regional de Enfermagem está distribuída na sede, situada na cidade de São Paulo, e em outras treze subseções distribuídas pelo estado.

Em virtude da pandemia de COVID-19, houve reestruturação do processo de trabalho da equipe de fiscalização, a fim de garantir que fossem mantidas as ações de fiscalização, mas com a preservação da saúde dos funcionários pertencentes aos grupos de risco. Essa situação explica a redução no número das ações de fiscalização realizadas em 2020 quando comparadas ao ano anterior, uma vez que tais ações foram desempenhadas por um contingente reduzido de fiscais.

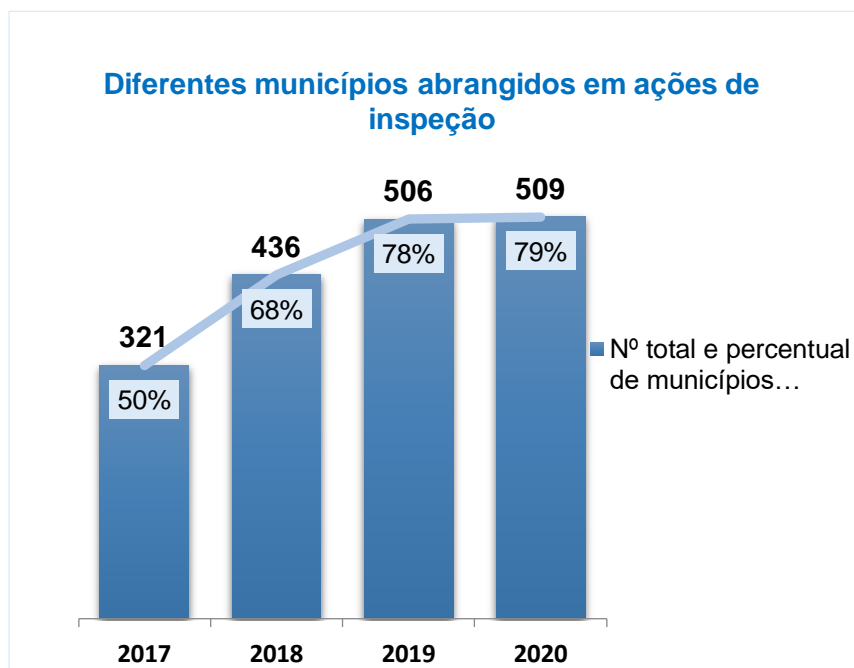
Inspeções realizadas e diferentes instituições inspecionadas



Resultados da Gestão - Atuação Institucional

Alcance das inspeções

Nota-se que 79% dos municípios do estado de São Paulo foram abrangidos com as ações de inspeção in loco em 2020, número ligeiramente superior ao alcançado no ano anterior.



Cabe destacar que **430.926 profissionais de enfermagem** foram alcançados por meio das inspeções in loco.

Recebimento e averiguação de denúncias

Mediante a promulgação da Resolução Cofen nº 617/2019, ocorreu a atualização do Manual de Fiscalização do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem. Com isso, houve nova padronização dos Termos de Fiscalização emitidos após as ações de inspeção, quando identificadas infrações às legislações vigentes. Em atendimento à referida Resolução e às “Diretrizes para Fiscalizações relacionadas à pandemia da COVID-19”, emitidas pelo Conselho Federal de Enfermagem face à pandemia da Covid-19, foram lavrados **3531 Termos de Fiscalização**, durante as inspeções in loco.



Processos Éticos

O setor de Processos Éticos do Coren-SP desenvolve uma das atividades finalísticas da Autarquia: disciplinar o exercício profissional da enfermagem. Isso se dá pela abertura de processos éticos em face de profissionais de enfermagem, para averiguar se agiram em desconformidade com o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem e aplicar as penalidades cabíveis, conforme o disposto na Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973. Os processos éticos são sempre instaurados após análise das sindicâncias que contenham denúncias com indícios de suposta prática de infração ética.

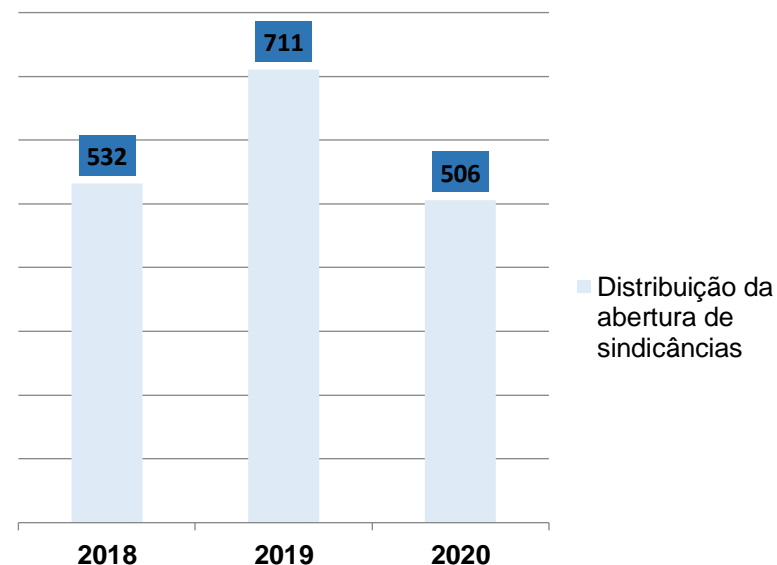
É o setor responsável pela organização e tramitação dos processos éticos, instaurados a partir de denúncias com indícios de suposta prática de infração ética, contra profissionais de Enfermagem.

Os processos éticos são instruídos por Comissões de Instrução nomeadas pela Presidência, e julgados pelos conselheiros do Coren-SP, de acordo com o Código de Processo Ético dos Conselhos de Enfermagem (<https://portal.coren-sp.gov.br/processo-etico-disciplinar>).

Durante o julgamento ocorre a deliberação do Plenário quanto à aplicação de penalidades previstas no Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (<https://portal.coren-sp.gov.br/codigo-de-etica-dos-profissionais-de-enfermagem/>).

De acordo com os dados discriminados no gráfico acima, nota-se que de 2018 para 2019 houve aumento de 34% na abertura de sindicâncias para averiguação de ocorrências éticas. Já em 2020 percebe-se uma queda de 28,8% na abertura das sindicâncias, devido ao início da Pandemia de Covid-19, fazendo com que uma parte das queixas ocorresse contra as instituições de saúde, especialmente pela falta de EPI.

Distribuição da abertura de sindicâncias



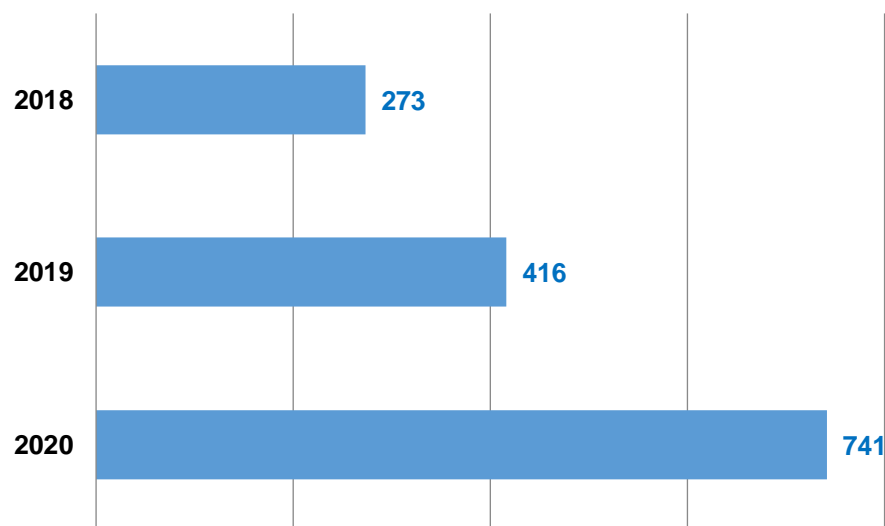
Resultados da Gestão - Atuação Institucional

Sindicâncias

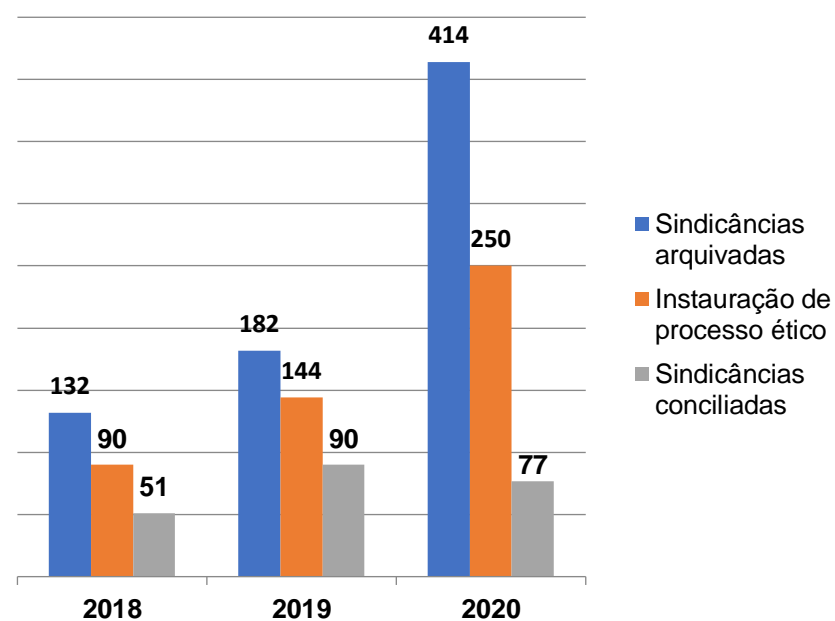
Nota-se o aumento de mais de 50% na análise de sindicâncias em 2019 quando comparado ao ano anterior. Destaca-se também o aumento de 76,5% de sindicâncias conciliadas.

Considerando que o Coren-SP tem papel social fundamental na resolução de conflitos, foi priorizado esse manejo mediante as situações apresentadas.

Sindicâncias analisadas em Plenário



Resultado das sindicâncias analisadas em Plenário

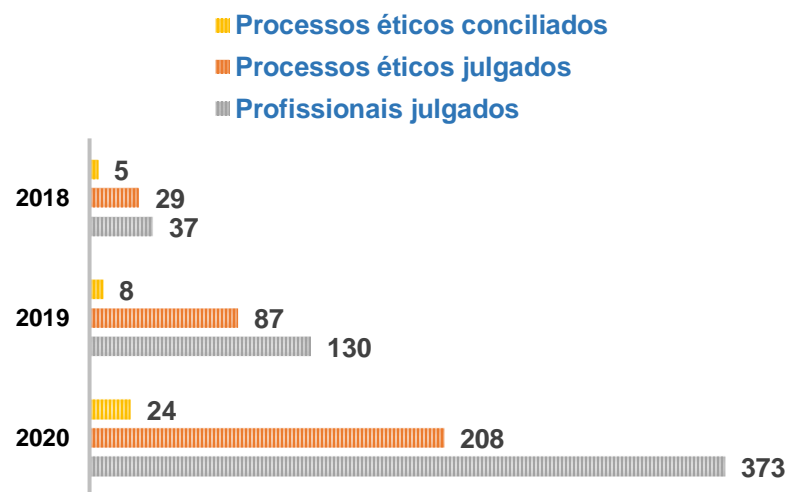


Resultados da Gestão - Atuação Institucional

Julgamentos

Os julgamentos de processos éticos têm como objetivo analisar a conduta ética dos profissionais de Enfermagem e definir se houve descumprimento dos artigos dispostos no Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem.

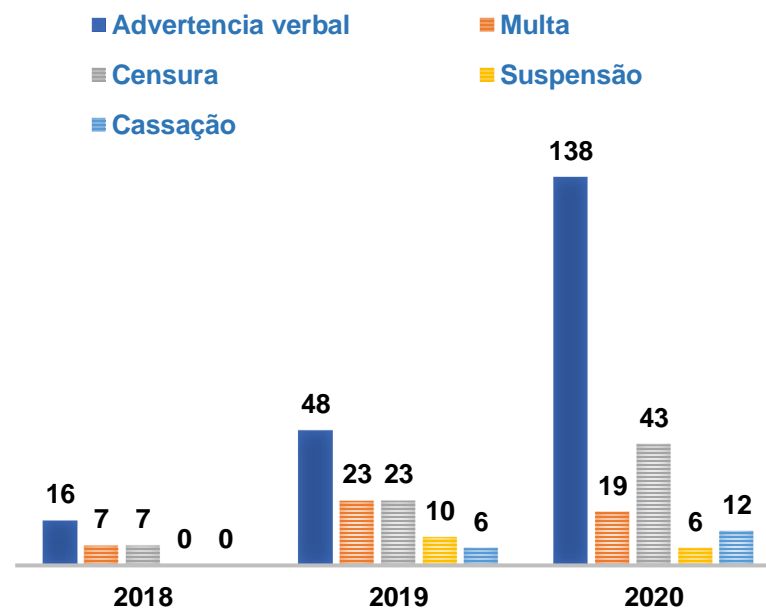
Em 2020 o número de processos éticos julgados foi 139% maior quando comparado ao ano de 2019, assim como o número de profissionais de enfermagem julgados cresceu 186% em relação ao ano anterior. A conciliação de processos éticos alcançou a marca de aumento de 200% em comparação a 2019.



Absolvição, culpabilidade e penalidades

Segue a distribuição dos resultados dos julgamentos realizados pelo Plenário nos anos de 2018, 2019 e 2020.

Em 2020 a Advertência Verbal se manteve como a penalidade mais indicada, totalizando 63% das penalidades indicadas, seguida da Censura, com 20%, e da Multa, com 9%.

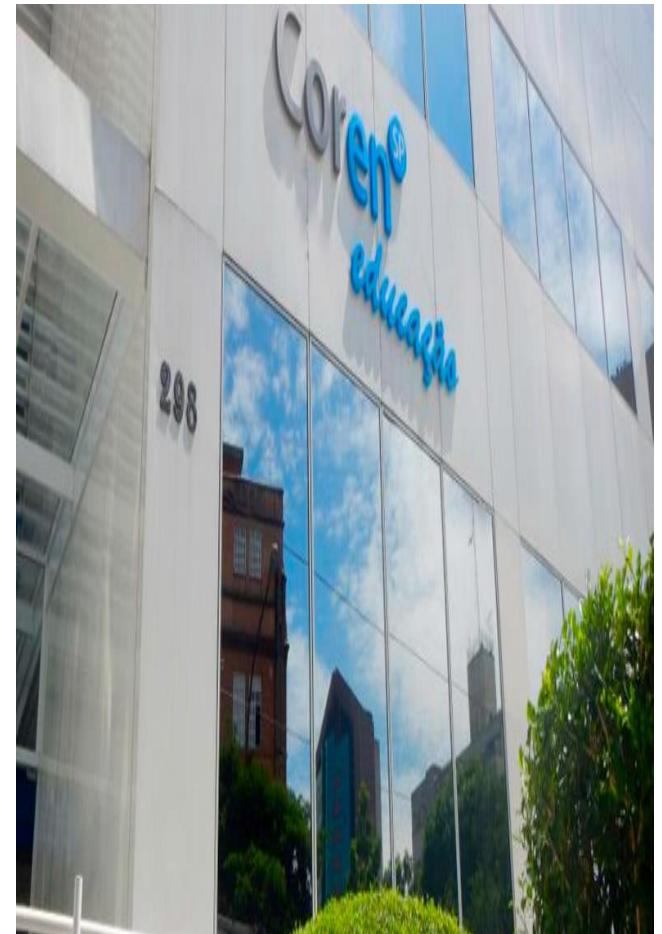


Resultados da Gestão – Atuação Institucional

Atividade educacional

O Coren-SP Educação é uma unidade que tem como escopo de atuação a realização de atividades de aprimoramento profissional de enfermagem de forma gratuita, atuando como ação conjunta à atividade fim da autarquia, considerando que tais ações subsidiam a qualificação de Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem, minimizando os riscos de danos causados pela indevida prática profissional e, assim, contribuindo de forma educativa nas ações de fiscalização e disciplina do exercício profissional. As atividades de aprimoramento profissional desenvolvidas na unidade são de duas espécies: as internas, que incluem palestras, aulas, oficinas, cursos, visitas monitoradas, e as externas, que incluem as cessões de espaço para a realização de treinamentos e demais atividades de cunho educacional destinado ao profissional de enfermagem.

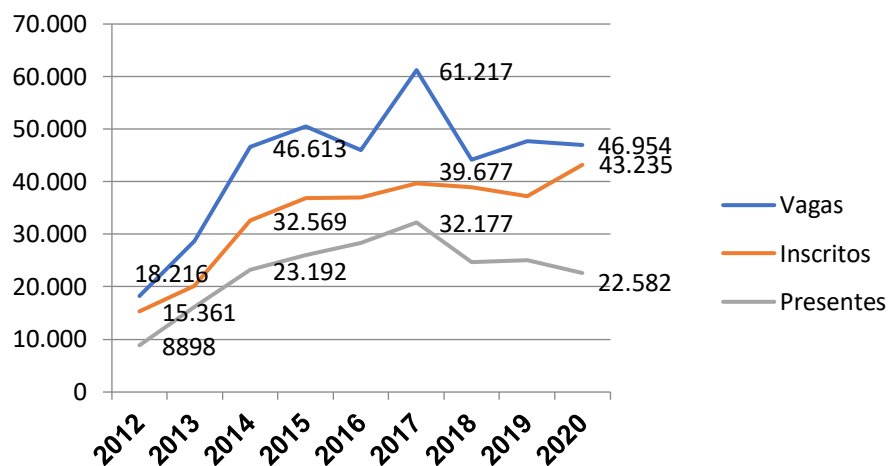
Para atendimento de suas ações, o Coren-SP Educação, unidade localizada na região central da capital de São Paulo, possui uma estrutura física composta por dois auditórios, um denominado como “Verde”, com 92 (noventa e dois) lugares, e um denominado “Vermelho”, com 155 (cento e cinquenta e cinco) lugares; uma Sala de Aula, com capacidade para 45 (quarenta e cinco) pessoas; uma Sala de Plenária, com capacidade para 20 (vinte) pessoas; e um Núcleo de Simulação, contemplando três laboratórios: Saúde do Adulto, Saúde da Mulher e Saúde da Criança, além de sua Sala de Controle. <https://portal.coren-sp.gov.br/educacao/>



Resultados da Gestão - Atuação Institucional

Atividade educacional

Os dados de encerramento do ano de 2020 mostramos seguintes resultados:



Importante citar que as ações desenvolvidas pelo Coren-SP Educação são de adesão voluntária do profissional, restando como responsabilidade da unidade a disponibilização de atividades diversas e suas respectivas vagas. Mas, ainda assim, algumas estratégias que visam a melhoria nos percentuais de inscrição e presença são realizadas através de mecanismos de controle preventivos e repressivos, exteriorizados pela adequação de prazos para a disponibilização de agenda e para a abertura de inscrições, divulgações das atividades e aplicação de sanções em caso de faltas injustificadas.



Vagas oferecidas em 2018: 44.195
Vagas oferecidas em 2019: 47.678
Vagas oferecidas em 2020: 46.954



Inscritos em 2018: 38.947
Inscritos em 2019: 37.233
Inscritos em 2020: 43.235



Presentes em 2018: 24.720
Presentes em 2019: 23.044
Presentes em 2020: 22.582

No ano de 2020, em virtude das restrições decorrentes da pandemia causada pela COVID-19, a unidade deixou de realizar atividades presenciais, passando à modalidade *online*, momento em quem também foi estabelecida uma parceria com o projeto Coren-SP Sem Fronteiras, de forma a contribuir operacionalmente com o desenvolvimento de tal programa. Este modelo de atendimento perpetrou até o final de 2020, com proposta de manutenção até o final da pandemia, quando da passagem para a Fase Verde do Plano de São Paulo de retomada, momento em que será possível reiniciar as ações presenciais na unidade.

Resultados da Gestão – Eficiência Operacional

Atendimentos realizados pelo Coren-SP

Historicamente o primeiro trimestre apresenta um maior fluxo de atendimentos devido ao grande número de formandos que concluem seus cursos ao final do ano e buscam o devido registro (inscrição profissional), além do fato que, durante o primeiro trimestre do ano alguns serviços quando solicitados suscitam isenção do pagamento integral da anuidade do ano vigente, por exemplo, cancelamentos de inscrições, suspensões de inscrições, remissões de inscrição. O fluxo de atendimento também pode sofrer variações devido a abertura de novas instituições de saúde e consequente aumento de novos postos de trabalho.

Tendo em vista o decreto da pandemia da Covid-19 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), entre 24/03/2020 e 28/06/2020 o atendimento ao profissional de enfermagem se deu de forma exclusivamente online. A partir de 29/06/2020 ocorreu a reabertura gradativa das unidades do Coren-SP para atendimento presencial mediante agendamento em consonância com o Plano São Paulo de Retomada Consciente da Economia. Entretanto, em respeito às normativas sanitárias para prevenção do contágio da Covid-19, a partir da reabertura das unidades do Coren-SP, o atendimento se tornou híbrido, com atendimentos realizados exclusivamente de forma online e atendimentos realizados de forma presencial.

Atendimento Presencial aos Profissionais de Enfermagem por Unidade de Atendimento		
Unidades do Coren-SP	Atendimentos 2019	Atendimentos 2020
Alto Tietê - Mogi das Cruzes	2.896	1.233
Araçatuba	2.499	802
Botucatu	2.545	892
Campinas	17.462	5.995
Guarulhos	7.702	2.152
Itapetininga	2.862	761
Marília	4.341	1.364
Matriz	50.330	33.740
Osasco	6.445	2.558
Presidente Prudente	2.671	847
Registro	774	206
Ribeirão Preto	8.988	2.609
Santa Cecília	1.405	926
Santo Amaro	7.753	2.564
Santo André	13.197	3.597
Santos	7.041	1.936
São José do Rio Preto	6.815	2.167
São José dos Campos	7.885	2.748
Sorocaba	2.107	667
Total	155.718	67.764

Atendimentos exclusivamente virtuais	
Tipo de serviço	Atendimentos realizados em 2020
Inscrição definitiva	42.818
Reinscrição	3.163
Transferência de inscrição	1.240
Inscrição secundária	185
Total	47.406

Resultados da Gestão – Eficiência Operacional

Atendimentos realizados pelo Coren-SP

Emissão de carteiras aos Profissionais da Categoria

O Conselho tem por atividade fim realizar o registro dos profissionais de enfermagem tornando-o habilitado a desenvolver suas atividades na área da saúde.



122.446 carteiras emitidas em 2019

49.825 carteiras emitidas em 2020

A redução no quantitativo de emissão de carteiras durante o ano de 2020 se deve à publicação da Resolução Cofen nº 631/2020, que alterou em caráter excepcional devido à pandemia da Covid-19, as rotinas de trabalho de forma a possibilitar o recebimento de pedidos de serviços de forma online, com convocação para coleta de dados biométricos e impressão de carteiras após o término da pandemia. Referida resolução promoveu, também, a prorrogação dos vencimentos das carteiras de identidade profissional.

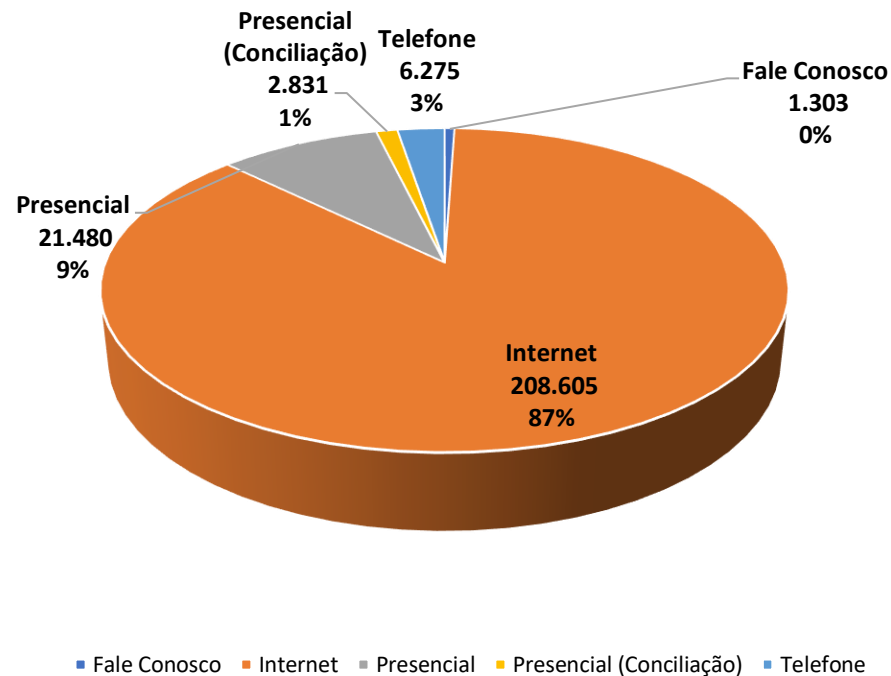
Resultados da Gestão – Eficiência Operacional

Acordos formalizados no ano de 2020

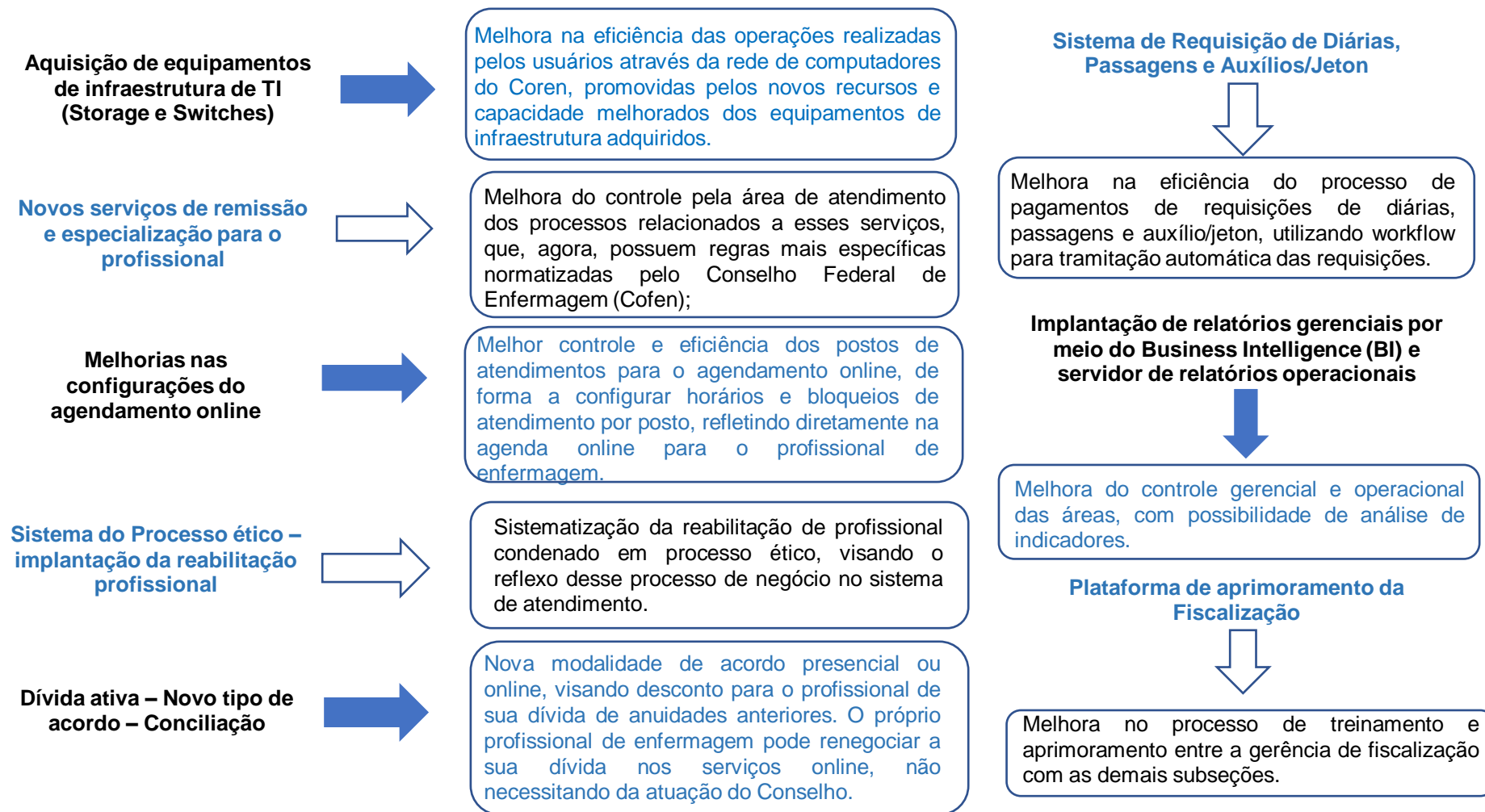
Por força da Resolução COFEN nº 635/2020 houve suspensão das cobranças dos débitos das anuidades de anos anteriores a 2020 (por 120 dias, a partir abril de 2020) o que causou redução no número de acordos formalizados pelos profissionais de enfermagem neste período.

Em 2020 foram formalizados 240.494 acordos (conforme gráfico), o que gerou o recebimento de R\$ 46.884.773,46 até 31/12/20

Acordos Formalizados 2020 - Total 240.494

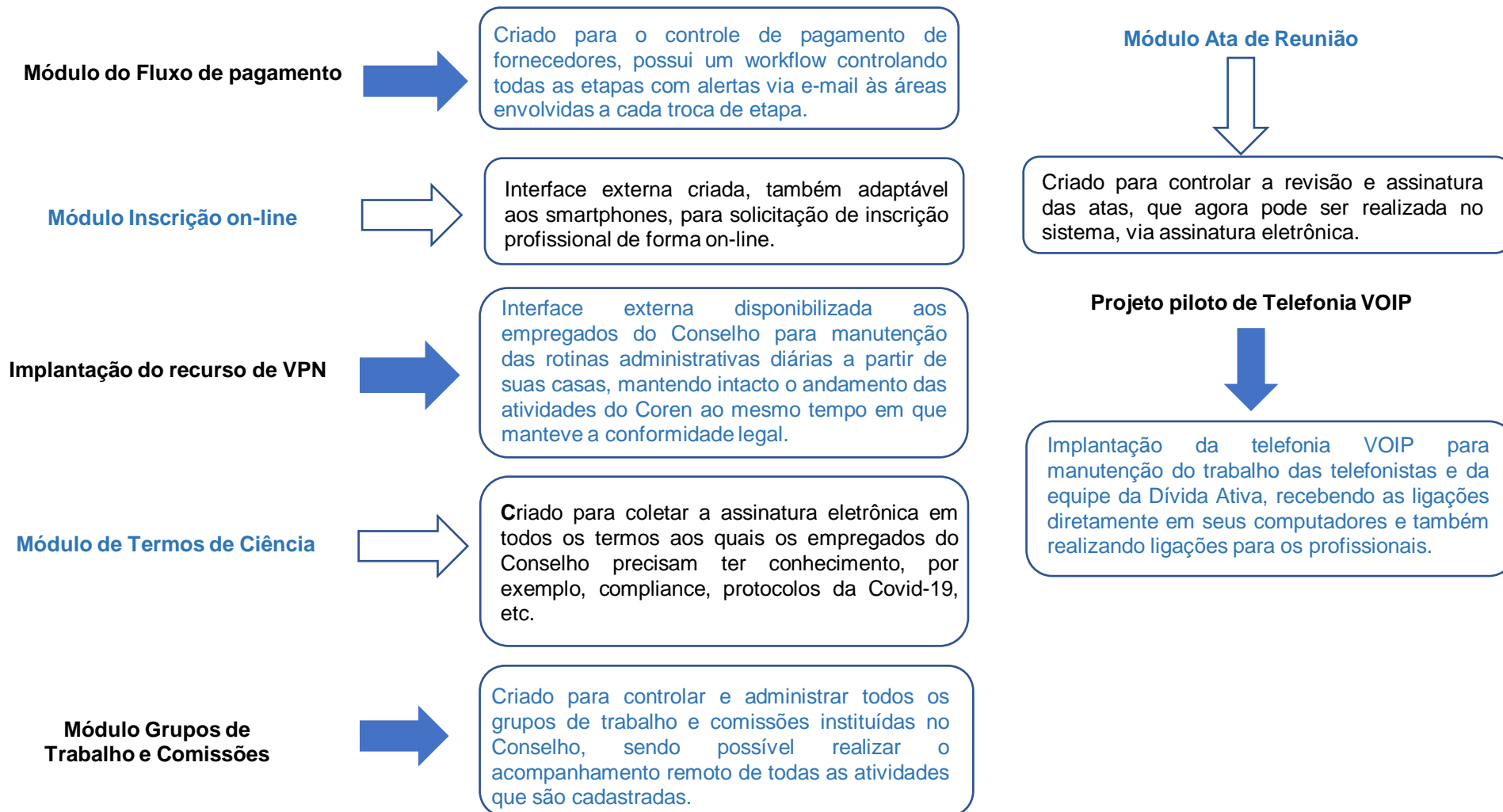


Resultados da Gestão – Infraestrutura e Tecnologia*



* Resultados obtidos em 2019 que se estendem ao ano de 2020.

Resultados da Gestão – Infraestrutura e Tecnologia*



Desempenho Orçamentário

O orçamento do Coren/SP integra um conjunto de informações relativas às ações estabelecidas nas atividades e investimentos do Conselho, atendendo ao princípio do orçamento bruto. A programação orçamentária do Conselho não depende do orçamento da União, e suas atividades são financiadas com recursos provenientes das anuidades devidas pelos profissionais e empresas de enfermagem, dos emolumentos, multas de infração e outras previstas na legislação.

O orçamento, como instrumento de planejamento e de controle, reflete as decisões políticas e estabelece as ações prioritárias para o atendimento das demandas da sociedade. O orçamento aprovado do Coren/SP para o exercício de 2020 foi de **R\$ 151.867.574,99** para receita e despesa, previstas e fixadas em cumprimento ao princípio do equilíbrio orçamentário.

A receita teve uma realização de aproximadamente 90,75% da Receita Prevista e a execução da despesa empenhada não ultrapassou o valor fixado na Proposta Orçamentária. Como resultado alcançou-se um superávit orçamentário de R\$ 12.652.752,82, demonstrado no quadro a seguir:

2020	RECEITA ARRECADADA	DESPESA EMPENHADA	SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO
01- Corrente	137.818.609,65	124.108.353,64	0,00
02- Capital	0,00	1.057.503,19	0,00
03- TOTAL	137.818.609,65	125.165.856,83	12.652.752,82

Link para consulta: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/demonstrativo-de-despesas-e-receitas/>:

Execução descentralizada com transferência de recursos

Este item não é aplicável a este relatório, considerando que o Coren-SP não realizou convênios ou parcerias que implicassem repasses de recursos no exercício de 2020.

Informações sobre a realização das receitas

As receitas são caracterizadas como disponibilidades financeiras, constituindo a fonte de recurso utilizada pelo Conselho com a finalidade de atender às necessidades e demandas dos profissionais de Enfermagem.

De um modo geral, a receita do Coren/SP possui a seguinte constituição:

* **Receitas de Contribuições** – São oriundas da arrecadação das anuidades de Pessoas Físicas (PF) e Jurídicas (PJ), tanto do exercício de 2020, como de exercícios anteriores.

* **Receitas de Valores Mobiliários** – São recursos oriundos do recebimento de juros e correção monetária de valores depositados em caderneta de poupança e remuneração de depósitos bancários, decorrentes de aplicação em CDB – Certificado de Depósito Bancário.

* **Serviços Administrativos** – Compreendem as receitas advindas de serviços tais como: inscrição PF e PJ, expedição ou renovação de certidões PJ, expedição de carteiras de identidade PF, taxas de cancelamento PF, certificados de PJ, outros serviços administrativos PF e PJ.

* **Multas e Juros de Mora** – São as receitas provenientes de multas, juros e correções monetárias incidentes sobre as anuidades do exercício corrente, bem como dos exercícios anteriores, Dívida Ativa e outras origens, tais como multa de eleições e multas de inexecução contratual.

* **Indenizações e Restituições** – São as receitas advindas da recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores.

* **Receitas da Dívida Ativa** – São recursos recebidos de profissionais inscritos em Dívida Ativa em fase Administrativa e Executiva. Consideram-se apenas os valores principais, sem multas, juros e correções monetárias, que possuem conta própria para registro.

* **Receitas Diversas** – Neste grupo são registradas as receitas correntes não enquadráveis nos itens anteriores, tais como: atualização monetária, ônus de sucumbência e receitas não identificadas.

* **Receita de Capital** – Corresponde aos recursos recebidos pela alienação de bens da Autarquia, amortização de empréstimos concedidos, entre outros.

Origem das receitas (anuidades; taxas de serviço; multas; doações etc.)	2020	2019	Variação %
01- CONTRIBUIÇÕES – ANUIDADES DE PESSOAS FÍSICAS	104.000.641,74	101.749.641,15	2,21%
02- CONTRIBUIÇÕES – ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	512.182,42	552.440,74	-7,29%
03- RECEITAS PATRIMONIAIS	2.678.131,11	4.791.914,33	-44,11%
04- SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	14.169.446,97	23.968.970,92	-40,88%
05- MULTAS E JUROS DE MORA	5.658.243,16	12.803.503,57	-55,81%
06- INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	13.724,87	13.991,74	-1,91%
07- RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	10.378.842,58	8.573.611,97	21,06%
08- RECEITAS DIVERSAS	407.396,80	792.510,79	-48,59%
Total	137.818.609,65	153.246.585,21	

Link para consulta: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/demonstrativo-de-despesas-e-receitas/>:

Na análise comparativa entre a receita arrecadada no exercício de 2020 que foi de R\$ **137.818.609,65** e a receita arrecadada no exercício de 2019 de R\$ **153.246.585,21**, verificou-se um decréscimo da receita total de **-10,07%**. Notamos, após compararmos os exercícios de 2020 e 2019, um acréscimo de 2,21 % no item de receita **CONTRIBUIÇÕES – ANUIDADES DE PESSOAS FÍSICAS**, número este alavancado por novas inscrições durante o exercício de 2020.

Destacamos uma redução da receita com serviços administrativos de aproximadamente -40,88%, quando comparamos os exercícios de 2019 e 2020, este decréscimo se justifica pelo fato de que no ano 2020, foram extintas algumas taxas de serviços em atendimento à deliberação do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem que teve como base o parágrafo segundo do artigo sexto da Lei 12.514/2011 que dispõe sobre contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral. Outro fator que ocorreu em 2020 foram as publicações de Resoluções do Conselho Federal de Enfermagem 630/2020 e 635/2020 que postergaram os vencimentos das anuidades e taxas de serviços administrativos respectivamente, como medida de apoio financeiro ao profissional de enfermagem no enfrentamento a pandemia da COVID-19.

Das receitas auferidas pelo Coren/SP durante exercício de 2020, destacamos as oriundas das Contribuições – Anuidades de Pessoas Físicas, visto que estas representaram aproximadamente 75% da receita total arrecadada.

Gestão Orçamentária e Financeira

Origem das receitas (anuidades; taxas de serviço; multas; doações etc.)

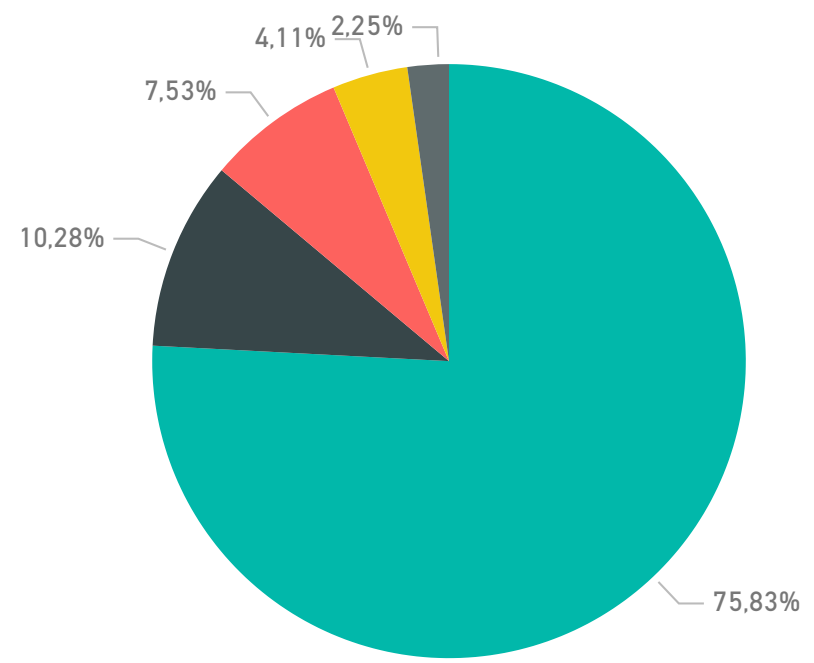


Origem das receitas (anuidades; taxas de serviço; multas; doações etc.)	2020	AV
01- CONTRIBUIÇÕES DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS E ECONÔMICAS	104.512.824,16	75,83%
02- SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	14.169.433,52	10,28%
03- MULTAS E JUROS DE MORA	5.658.243,16	4,11%
04- RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	10.378.842,58	7,53%
05- DEMAIS RECEITAS	3.099.266,23	2,25%
Total	137.818.609,65	100,00%

Link para consulta:
<http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/demonstrativo-de-despesas-e-receitas/>

Origem das receitas

- 01- CONTRIBUIÇÕES DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS E EC...
- 02- SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
- 04- RECEITA DA DÍVIDA ATIVA
- 03- MULTAS E JUROS DE MORA
- 05- DEMAIS RECEITAS



Gestão Orçamentária e Financeira

Previsão e arrecadação por natureza, justificando eventuais oscilações significativas	Previsão	Arrecadação	Execução %
01- ANUIDADES - PESSOAS FÍSICAS	106.765.530,43	104.000.641,74	97,41%
02- ANUIDADES - PESSOAS JURÍDICAS	560.749,19	512.182,42	91,34%
03- RECEITAS PATRIMONIAIS	5.864.177,91	2.678.131,11	45,67%
04- SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	13.275.456,84	14.169.446,97	106,73%
05- MULTAS E JUROS DE MORA	14.242.390,40	5.658.243,16	39,73%
06- INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.530,86	13.724,87	896,55%
07- RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	9.901.236,51	10.378.842,58	104,82%
08- RECEITAS DIVERSAS	1.256.502,85	407.396,80	32,42%
09-RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00%
10-TOTAL	151.867.574,99	137.818.609,65	90,75%

Link para consulta: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/demonstrativo-de-despesas-e-receitas/>:

A previsão da receita corrente para o exercício é estabelecida tomando como parâmetro os seguintes critérios:

A partir do histórico de arrecadação de três períodos anuais, compreendidos entre out/17 e set/19, foram aplicados diferentes parâmetros para previsão das receitas do exercício 2020, levantando-se em consideração a natureza de cada grupo de receita.

As previsões de receita referentes às Anuidades PF e PJ e Serviços Administrativos foram calculadas com base no último período de arrecadação, compreendido entre out/18 e set/19, com aplicação do INPC acumulado do mesmo período. Além disso, para estas receitas foi considerada uma previsão de crescimento de 3,06% no número de profissionais inscritos, de acordo com dados estatísticos do histórico de variação dos últimos 7 (sete) anos, com aplicação do modelo matemático Regressão Linear Simples. No quadro abaixo segue a variação do INPC do período(out/18 e set/19).

INPC (ÍNDICE GERAL) - SETEMBRO 2019		
Variação mensal (%)	Variação acumulada no ano (%)	Variação acumulada em 12 meses (%)
0,87	2,0437	3,8879

Fonte:site IBGE, Disponível em: <https://www.ibge.gov.br> - Acessado em 11/10/2020.

Cálculo de estimativa de profissionais ativos para 31/12/2020

ÍNDICE	DATA BASE	ENF.	TÉC.	AUX.	OBST.	TOTAL	DIF. REL. DEZ. ANO ANTERIOR	VAR. % EM REL. DEZ. DO ANO ANTERIOR
1	dez/13_	98907	135751	193434	137	428229	21067	5,17%
2	dez/14_	105438	153036	195191	161	453826	25597	5,98%
3	dez/15_	110584	164660	192842	182	468268	14442	3,18%
4	dez/16_	115301	175910	191519	198	482928	14660	3,13%
5	dez/17_	120283	187536	192684	236	500739	17811	3,69%
6	dez/18_	126589	201119	195283	251	523242	22503	4,49%
7	dez/19_	131617	213828	193532	275	539252	16010	3,06%
8	dez/20_	145184	245387	216348	297	607216	67964	9,58%

OBS 1: Valores de dez/2019 e 2020 foram estimados.

OBS 2: O total do valor estimado pode não ser igual a soma por categoria

Fonte: Banco de dados Coren-SP – informações enviadas em 10/10/2019 pela Gerência de Tecnologia da Informação – CAUE nº 65990.

A previsão de receita referente às anuidades de exercícios anteriores, dívida ativa, juros e multas foi calculada utilizando-se o período de outubro de 2017 a setembro de 2019, que historicamente tem mostrado comportamento de aumento dos valores arrecadados. Por este motivo, foi aplicado o modelo matemático Regressão Linear Simples, que possibilitou estimar a tendência de aumento dos valores com base na série histórica. Esta metodologia buscou traduzir matematicamente o comportamento da arrecadação ao longo do período estudado e refleti-la para a previsão do Orçamento 2020.

Ou seja, para as receitas que historicamente apresentaram crescimento optou-se por aplicar o modelo matemático Regressão Linear Simples, o qual possibilitou estimar a tendência de aumento dos valores com base na série histórica. Quanto á previsão para rendimento de aplicações financeiras, projetou-se para o exercício seguinte a arrecadação efetivada nos últimos 12 meses; Já a previsão da receita de capital é feita de acordo com a expectativa de alienação de bens móveis e imóveis para o exercício seguinte.

Os reflexos negativos ocorridos nas receitas durante o exercício de 2020 se de deram em função dos seguintes fatos: foram extintas algumas taxas de serviços em atendimento às normas estabelecidas pelas resoluções do TCU. Outro fator que ocorreu em 2020 foram às publicações de Resoluções do Conselho Federal de Enfermagem que postergaram os vencimentos das anuidades, taxas de serviços administrativos, como medida de apoio financeiro ao profissional de enfermagem no enfrentamento a pandemia da COVID-19.

Gestão Orçamentária e Financeira

Informações sobre a realização das despesas

O Orçamento 2020 do Coren-SP, foi estruturado em conformidade e compatibilizado com o Plano Plurianual 2019-2021, conforme o disposto contido no § 2º do art. 165 da Constituição Federal, seguindo as premissas da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964 e da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 e em atendimento às Resoluções Cofen nº 340/2008, 503/2016 e 532/2017.

Podemos definir a despesa no âmbito do Coren-SP como o conjunto de gastos realizados pelo Conselho para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade e aos profissionais (despesas correntes), bem como a realização de investimentos (despesa de capital), visando atender seu objetivo institucional previsto em lei.

No exercício corrente a execução da despesa ocorreu de forma equilibrada levando-se em consideração que o valor total previsto **R\$151.867.574,99 previsão orçamentária inicial para o exercício de 2020**, deste valor total previsto, foi executada 80,68% que correspondeu ao valor **R\$ 122.527.684,29**.

No quadro abaixo evidenciamos os principais destaques da despesa corrente e de Capital executada.

2020	Despesas Totais Fixadas na Orçamento /2020	Despesas Executadas	%
01- Corrente	R\$146.974.964,47	R\$121.534.181,10	82,69%
02- Reserva de Contingência	R\$390.259,5		
03- Capital	R\$4.502.351,02	R\$993.503,19	22,07%
04 - Total	R\$151.867.574,99	R\$122.527.684,29	80,68%

Link para consulta: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/demonstrativo-de-despesas-e-receitas/>:

Execução por Grupo e Elemento de Despesa:

Grupo de Natureza de Despesa: Classe de gasto em que foi realizada a despesa.

Elemento de Despesa: Classificação dos insumos usados ou adquiridos

GRUPO DE DESPESA	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Valores Pagos 2020 - (R\$)	Despesa Paga / Dotação Atualizada (%)
01 – Despesas de Pessoal	77.906.097,99	66.115.911,36	84,87%
02 – Outras Despesas Correntes+Reserva Contingência	69.459.125,98	52.117.282,73	75,03%
03 – Investimentos	4.502.351,02	993.503,19	22,07%
Total	151.867.574,99	119.226.697,28	

Link para consulta: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/demonstrativo-de-despesas-e-receitas/>:

Despesas de Pessoal	Valores Pagos 2020 - (R\$)	AV (%)
01- CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	152.313,10	0,23
02- VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	45.493.266,09	68,81
03- OBRIGAÇÕES PATRONAIS	12.739.065,79	19,26
04- OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	5.961.003,20	9,02
05- SENTENÇAS JUDICIAIS	1.770.263,18	2,68
Total	66.115.911,36	

Link para consulta: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/demonstrativo-de-despesas-e-receitas/>:

Durante o exercício de 2020 houve o desembolso com pessoal e encargos no valor total R\$ 66.115.911,36, valor este, que ficou abaixo do limite prudencial de 47,50% (R\$ 72.137.098,12) estipulado para o exercício corrente, este valor foi calculado sobre a receita corrente líquida projetada para o exercício de 2020. Durante o exercício corrente não houve um reajuste salarial visando à reposição de perdas dos meses anteriores, houve um reajuste refletido aos demais benefícios oferecidos aos funcionários, como vale refeição de 5% e alimentação 10%, valor este que se encontrava dentro dos limites orçamentários e financeiros do Conselho. Salientamos que o gasto da despesa com pessoal durante o exercício de 2020 ficou enquadrado dentro dos limites estabelecidos pela lei complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Gestão Orçamentária e Financeira

Abaixo segue quadro que evidencia os parâmetros do limite com despesa de pessoal para o exercício de 2020.

DEMONSTRATIVO DO LIMITE DA DESPESA COM PESSOAL	VALOR (R\$)
01- Receita Corrente	151.867.574,99
02- (-) Deduções	0,00
03- (=) Receita Corrente Líquida	151.867.574,99
04- Despesas com Pessoal	70.252.666,79
05- Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil	51.697.358,56
06- Obrigações Patronais	16.305.308,23
07- Decisões Judiciais	2.250.000,00
08- DEA-Outras Indenizações Trabalhistas	0,00
09- Percentual = Despesas com Pessoal / Receita Corrente Líquida	46,26%
10- Limite Resolução nº 340/2008 (50%)	75.933.787,49
11- Limite Prudencial (47,50%)	72.137.098,12

Link para consulta: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/demonstrativo-de-despesas-e-receitas/>:

3 – Outras Despesas Correntes	Valores Pagos 2020 - (R\$)	AV (%)
01- TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	33.739.674,67	64,74%
02- DIÁRIAS	96.992,00	0,19%
03- MATERIAL DE CONSUMO	266.828,40	0,51%
04- MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	0,00	0,00%
05- PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	48.399,40	0,09%
06- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	789.339,77	1,51%
07- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	14.425.742,24	27,68%
08- DESPESAS MIÚDAS DE PRONTO PAGAMENTO	19.709,54	0,04%
09- OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	12.741,66	0,02%
10- SENTENÇAS JUDICIAIS	30.048,34	0,06%
11- DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	252.223,00	0,48%
12- INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.435.583,71	4,68%
Total	52.117.282,73	100,00%

Link para consulta: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/demonstrativo-de-despesas-e-receitas/>:

Dentro do grupo de despesas Outras Despesas Correntes, destacamos os desembolsos com despesa com Transferência da Cota Cofen representou aproximadamente 64,74% do valor total executado dentro do grupo, este é um dispêndio que tem previsão no artigo nº 10 da Lei nº 5.905 de 12/07/1973 (Lei de criação dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem) que dispõe sobre a composição da receita do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN. Neste sentido, 25% (vinte e cinco por cento) da receita auferida pelo regional é compartilhada com o COFEN.

Outro elemento de despesa que cabe destaque é Outros Serviços de Terceiros- PJ, que tem por finalidade a manutenção das atividades operacionais do Coren-SP podemos destacar: contratos de prestações de serviços, contas de consumo e demais despesas de manutenção entre outros que juntos representaram aproximadamente 27,68% do total das despesas do grupo.

Investimentos	Valores Pagos 2020 - (R\$)	AV (%)
01- OBRAS E INSTALAÇÕES	840.000,00	84,55
02- EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	153.503,19	15,45
Total	993.503,19	

Link para consulta: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/demonstrativo-de-despesas-e-receitas/>:

O grupo de despesa de investimentos são classificadas na categoria de despesas de capital, quando comparamos o total da despesa fixada no orçamento para o exercício de 2020, notamos que foi executado apenas 22,07% do que estava previsto para ser utilizado em 2020. No exercício corrente obteve um desempenho abaixo do esperado, executando apenas 22,07% do valor total orçado, isto ocorreu pela complexidade de especificação dos objetos, bem como o fato de não ter havido tempo hábil no exercício para tramitação de todos os processos licitatórios para as aquisições previstas no orçamento.

Gestão Orçamentária e Financeira

Dotações e execução das despesas em 2020 e 2019

Despesa	2020					2019					Variação R\$ (K)=d-i	Variação % (l)=d/i
	Dotação Atual (a)	Empenhado (b)	Liquidado (c)	Pago (d)	RP Pago* (e)	Dotação Atual (f)	Empenhado (g)	Liquidado (h)	Pago (i)	RP Pago* (j)		
01- Despesas de Pessoal	77.906.097,99	68.928.778,84	68.010.438,43	66.115.911,36	1.253.078,65	78.187.805,16	68.775.151,76	68.775.151,76	67.052.134,78	1.210.454,99	-936.223,42	-1,40
02- TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	36.237.555,20	33.787.041,36	33.787.041,36	33.739.674,67	40.139,48	37.172.594,10	37.090.590,54	37.090.590,54	37.050.451,06	221.348,34	-3.310.776,39	-8,94
03- Outras Despesas Correntes	32.831.311,28	21.392.533,44	19.736.701,31	18.377.608,06	1.385.690,67	41.315.652,66	24.770.077,68	21.959.347,55	21.055.515,64	313.642,00	-2.677.907,58	-12,72
04- Reserva de Contingência	390.259,50	0,00	0,00	0,00	0,00	1.720.981,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05- Investimentos	4.502.351,02	1.057.503,19	993.503,19	993.503,19	680.000,00	9.108.157,57	3.828.292,53	1.670.706,83	978.717,27	0,00	14.785,92	1,51
Total	151.867.574,99	125.165.856,83	122.527.684,29	119.226.697,28	3.358.908,80	167.505.190,56	134.464.112,51	129.495.796,68	126.136.818,75	1.745.445,33	-6.910.121,47	

*RP Pago: Restos a Pagar Processados e Não Processados Pagos

Link para consulta: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/demonstrativo-de-despesas-e-receitas/>

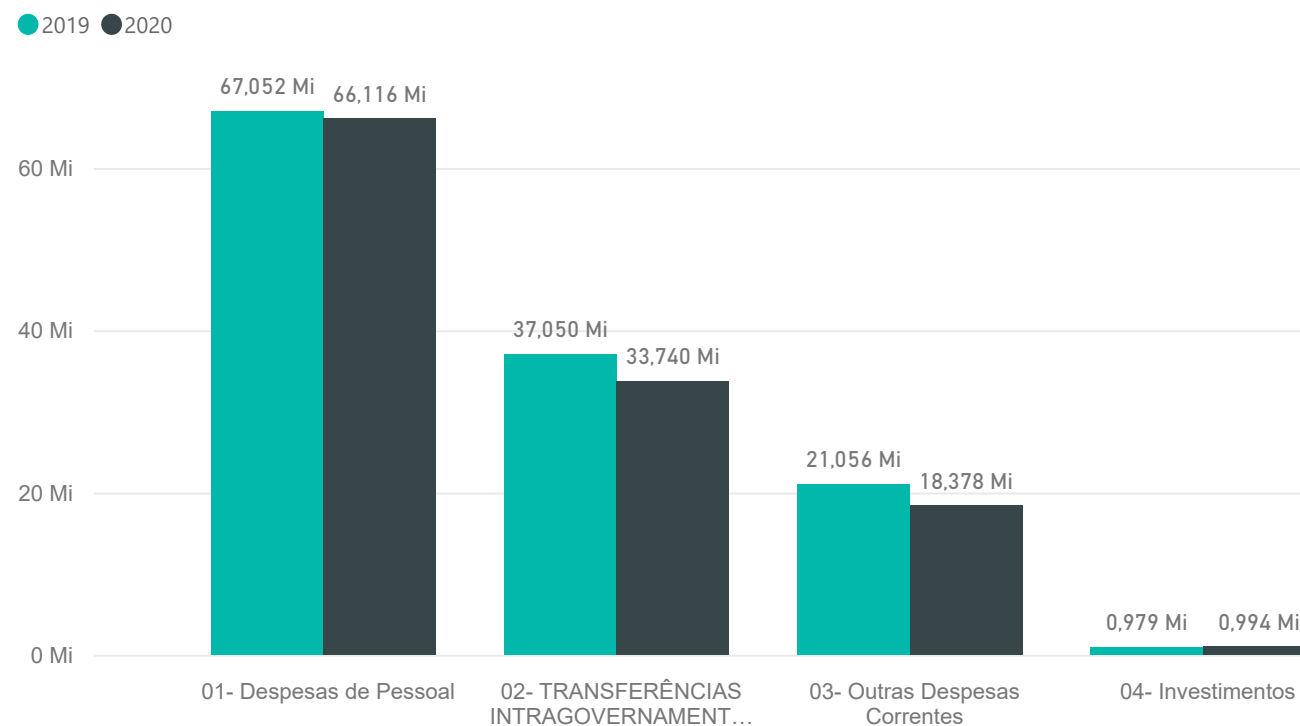
Comparativo das despesas pagas 2020 x 2019

Despesas Pagas	2020	2019	AH
01- Despesas de Pessoal	66.115.911,36	67.052.134,78	-1,40%
02- TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	33.739.674,67	37.050.451,06	-8,94%
03- Outras Despesas Correntes	18.377.608,06	21.055.515,64	-12,72%
04- Investimentos	993.503,19	978.717,27	1,51%
Total	119.226.697,28	126.136.818,75	

Link para consulta: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/demonstrativo-de-despesas-e-receitas/>

Em 2020, os pagamentos das contas de custeio foram pagas pelo próprio regional como pode ser verificado no gráfico acima comparativamente de 2020/2019 com despesa com pessoal houve uma redução de -1,40%. Transferência Intragovernamentais foram efetuadas sobre as receitas repassadas em 2020, sendo que houve uma redução -8,94%. Quanto aos Investimentos ao compararmos 2020/2019 houve um acréscimo de 1,51%, isto se deve a aquisição de novos equipamentos de informática para renovação do parque tecnológico durante o exercício de 2020.

2019 e 2020 por Despesas Pagas



Gestão Orçamentária e Financeira

Comparativo de Outras Despesas Correntes Pagas 2020 X 2019

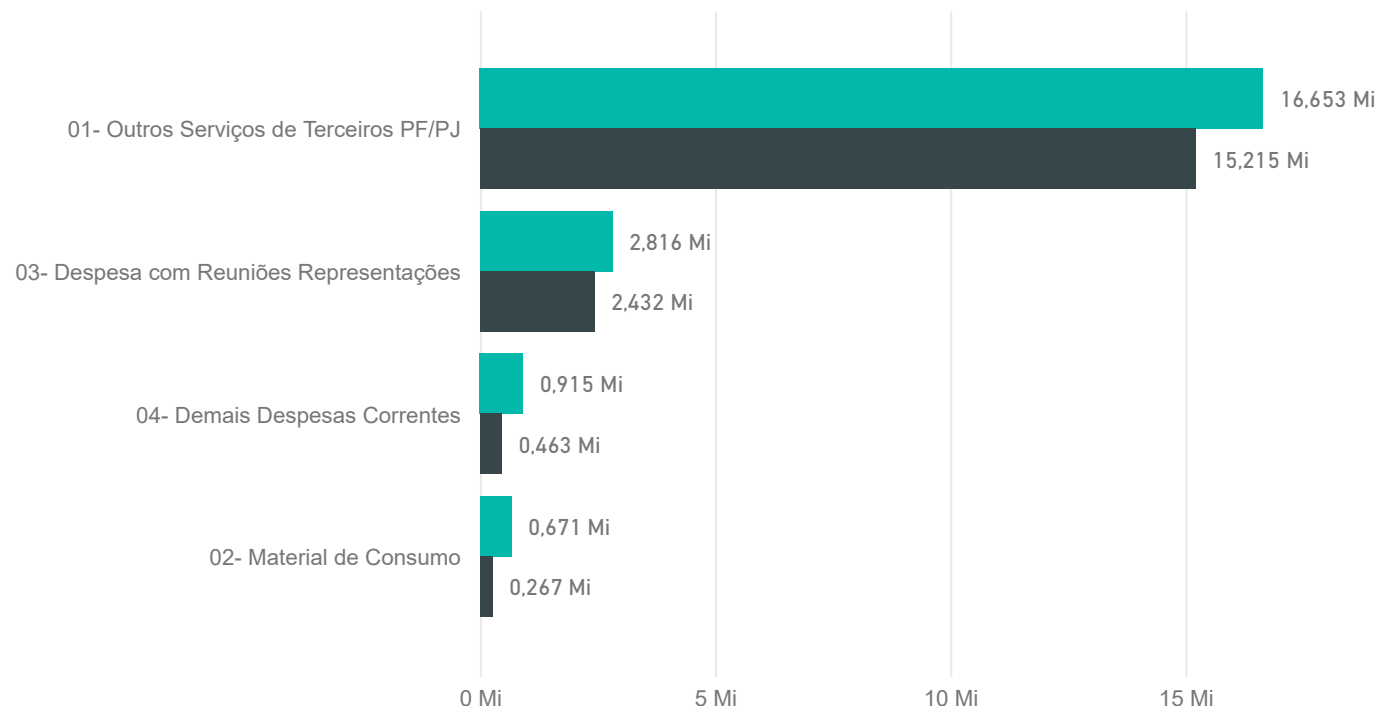
Outras Despesas Correntes Pagas	2020	2019	AH%
01- Outros Serviços de Terceiros PF/PJ	15.215.082,01	16.653.197,18	-8,64
02- Material de Consumo	266.828,40	671.103,65	-60,24
03- Despesa com Reuniões Representações	2.432.364,00	2.816.171,00	-13,63
04- Demais Despesas Correntes	463.333,65	915.043,81	-49,36
Total	18.377.608,06	21.055.515,64	

Link para consulta: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/demonstrativo-de-despesas-e-receitas/>:

No grupo de Outras Despesas Correntes os valores desembolsados para Serviços de Terceiros PF/PJ, houve um decréscimo de -8,64%, quando comparamos os exercícios de 2020 e 2019, quanto aos desembolsos de Materiais de Consumo houve uma diminuição significativa, tendo reduzido de -60,24%. Já as Despesas com Reuniões e Representação que são compostas pelos desembolsos com Diárias, Jetons e Auxílio Representação houve um decréscimo de -13,63%.

2019 e 2020 por Outras Despesas Correntes Pagas

● 2019 ● 2020



Desempenho financeiro no exercício

Em virtude do prazo de vencimento das anuidades, o ingresso de receitas do Coren/SP ocorre de forma sazonal. Durante o período de Janeiro a Maio de cada ano, o fluxo de ingresso de receitas é maior e, conseqüentemente, superior ao dispêndio. Nos períodos seguintes há uma inversão, isto é, o dispêndio é superior ao ingresso de recursos, porém quando fazemos uma análise dos quatro trimestre do exercício de 2020, alcançamos o valor de R\$ 18.591.912,37, resultado da diferença entre as receitas arrecadadas e despesas pagas no exercício de 2020, conforme demonstrado no quadro sintético do cronograma de desembolso ao lado:

Link para consulta: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/demonstrativo-de-despesas-e-receitas/>:

Ingressos	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	TOTAL
01- Receita de Contribuições	60.174.786,95	14.722.107,49	11.700.312,43	17.915.617,29	104.512.824,16
02- Receitas Patrimoniais	1.006.767,93	761.278,23	491.037,23	419.047,72	2.678.131,11
03- Receitas de Serviços	7.739.988,97	1.239.146,00	1.177.895,17	4.012.416,83	14.169.446,97
04- Outras Receitas Correntes	4.337.179,31	3.342.222,96	3.542.921,28	5.235.883,86	16.458.207,41
05- Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	73.258.723,16	20.064.754,68	16.912.166,11	27.582.965,70	137.818.609,65

Desembolsos	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	TOTAL
01- Pessoal e Encargos	14.204.146,06	15.276.953,11	16.296.902,67	20.337.909,52	66.115.911,36
02- Outras Despesas Correntes	21.337.520,51	9.425.824,22	8.618.301,82	12.735.636,18	52.117.282,73
03- Despesas de Capital	0,00	276.821,08	204.366,09	512.316,02	993.503,19
Total	35.541.666,57	24.979.598,41	25.119.570,58	33.585.861,72	119.226.697,28

Ainda que o exercício de 2020 tenha sido um ano crítico, no tocante à economia brasileira, o Coren/SP não registrou insuficiência de caixa no período. O Balanço Financeiro do exercício de 2020 apresentou como saldo final em espécie, o qual foi transferido para o exercício de 2021, o montante de R\$ 89.531.128,31 resultado financeiro do exercício de 2020 alcançou o montante de R\$ 11.153.633,05, conforme demonstrado no quadro abaixo:

01- Saldo em espécie para o exercício seguinte	89.531.128,31
02- (-) Saldo em espécie do exercício anterior	78.377.495,26
03- (=) RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2020	11.153.633,05

Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público. Conforme disposto no artigo 105, da Lei Federal nº 4320/64, Ativo e Passivo, são separados em dois grandes grupos em função da dependência ou não de autorização orçamentária para realização dos itens que o compõem:

- O Ativo Financeiro;
- O Ativo Permanente;
- O Passivo Financeiro;
- O Passivo Permanente;
- O Saldo Patrimonial;

As Contas de Compensação.

§ 1º O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

§ 2º O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

§ 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos independentes de autorização orçamentária.

§ 4º O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

§ 5º Nas contas de compensação serão registrados os bens, valores, obrigações e situações não compreendidas nos parágrafos anteriores e que, imediata ou indiretamente, possam vir a afetar o patrimônio.

Com estas informações, é possível a construção de indicadores que retratam a real situação do Conselho no encerramento do exercício. A seguir, a relação e detalhamento dos indicadores que utilizaremos neste relatório:

a) Liquidez Imediata (LI) – Disponibilidades /Passivo Circulante

Indica a capacidade financeira da entidade em honrar imediatamente seus compromissos de curto prazo contando apenas com suas disponibilidades, ou seja, os recursos disponíveis em caixa ou bancos.

b) Liquidez Corrente (LC) - Ativo Circulante/Passivo Circulante

A liquidez corrente demonstra quanto a entidade poderá dispor em recursos em curto prazo (caixa, bancos, clientes, estoques, etc.), para pagar suas dívidas circulantes (fornecedores, empréstimos e financiamentos a curto prazo, contas a pagar, etc.).

c) Liquidez Geral (LG) – (Ativo Circulante + Ativo Realizável à Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante).

A liquidez geral, ou índice de solvência geral, é uma medida de capacidade da entidade em honrar todas as suas exigibilidades, contando, para isso, com os seus recursos realizáveis a curto e longo prazos.

Comparativo dos Índices de Liquidez dos Anos de 2020 e 2019

ÍNDICES	ÍNDICE(%) - 2020	ÍNDICE(%) - 2019
01- LIQUIDEZ IMEDIATA - (LI)	5,22%	4,30%
02- LIQUIDEZ CORRENTE - (LC)	8,86%	8,20%
03- LIQUIDEZ GERAL - (LG)	18,15%	12,62%
Total	32,23%	25,12%

Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos

Os Bens Móveis, Imóveis e Intangíveis foram reavaliados no exercício de 2015, em atendimento às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, especificamente à NBC T 16.10, que estabelece os critérios e procedimentos para a avaliação e a mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público.

Os reflexos gerados na Reavaliação e na Redução ao valor recuperável (impairment), demonstrados nos Laudos de Avaliação do Ativo Imobilizado e Intangível, considerou a data de 31/12/2015 como base de corte, sendo reconhecidos no Balanço de 2015.

O tratamento contábil da depreciação e amortização dos itens patrimoniais do Coren/SP obedece aos seguintes critérios:

- a) O cálculo da depreciação e amortização utilizam o método linear /cotas constantes, método que consiste em dividir o valor da aquisição do bem a ser depreciado pelo tempo de vida útil;
- b) A depreciação e amortização dos bens adquiridos e postos em operação são efetuadas a partir do primeiro mês seguinte à data de entrada do item no patrimônio.

A Metodologia de avaliação e mensuração de ativos e passivos segue o estabelecido na NBCT 16.10 que trata da avaliação e mensuração, a saber:

- a) As disponibilidades são mensuradas e avaliadas pelo valor original;
- b) O método para avaliação das saídas de estoques utiliza o método da média ponderada;
- c) O ativo imobilizado incluindo os gastos complementares é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição ou construção;
- d) O Ativo Intangível corresponde aos direitos que possuem por objetos bens incorpóreos destinados a manutenção das atividades públicas;
- e) As obrigações também são avaliadas e mensuradas pelo valor original, e as provisões constituídas com bases confiáveis em valores prováveis de sua realização.

Sistemática de Apuração de custos no âmbito da Unidade

No exercício de 2020 foi implementada a estrutura do Plano de Centro de Custos, nos termos do Processo Administrativo nº 2696/2016. Tal estrutura será revisada anualmente, a fim de melhorar a qualidade da informação, subsidiando o Gestor no processo de tomada de decisão.

Gestão de pessoas



2019: 369 empregados
2020: 363 empregados

Diminuição de postos efetivos por pedidos de demissão e aposentadoria

CARGOS OCUPADOS

Tipo de Cargo	Quantidade
Comissionados	16
Efetivos - nomeados a Cargos comissionados	24
Efetivos - Função Gratificada	51
Efetivos sem Cargo Comissionado ou Função Gratificada	272
Total	363

Efetivos - nomeados a Cargos comissionados: considera-se os cargos de gerência, chefias e assessorias; **Efetivos - Função Gratificada:** considera-se os que estão em função de Coordenação e demais gratificações de funções como membros da CPL, Controladoria, CPAD, Encarregados.



213= 59%



150= 41%



12= 3%



Estagiários = 29



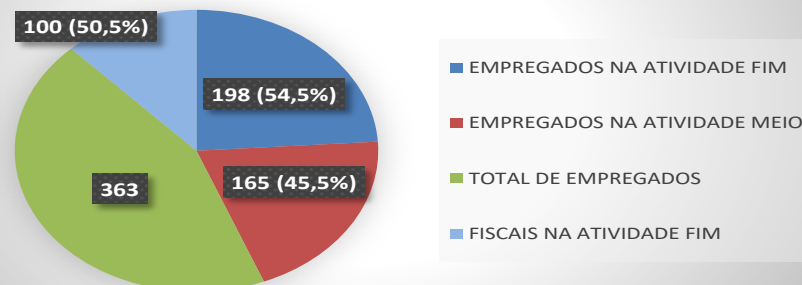
Jovens Aprendizes = 9

SITUAÇÃO FUNCIONAL

Situação Funcional	Quantidade de Empregados
ATIVOS	357
Aposentadoria por Invalidez	1
Auxílio Doença não profissional INSS	1
Maternidade	2
Outros	2
Total:	363

FORÇA DE TRABALHO

Distribuição da força de trabalho e atividades do Conselho



Gestão de pessoas

DETALHAMENTO DO CUSTO DE PESSOAL

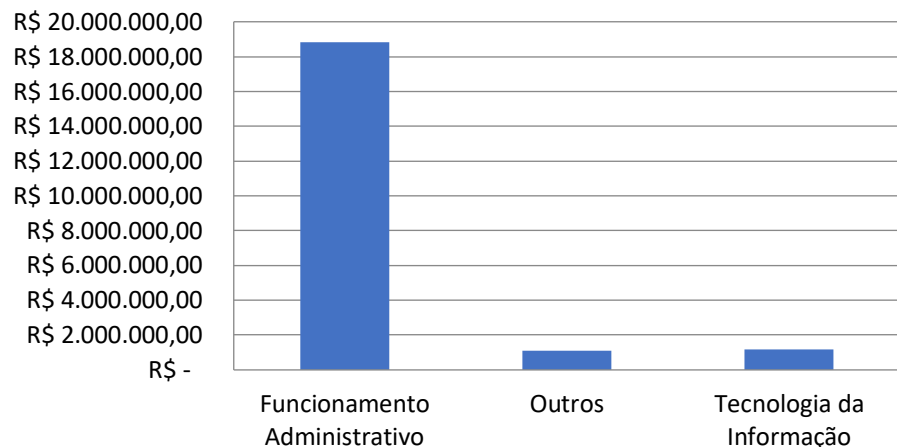
Gastos	Custo Folha	Benefícios						
		Reembolso Creche	Aux. Funeral	Aux. Deficiente	VT	VR	VA	Assistência Médica
Efetivos	R\$ 42.445.976,06	R\$ 269.356,59	R\$ 59.309,13	R\$ 16.995,24	R\$ 9.136,18	R\$ 3.605.855,36	R\$ 2.110.778,46	R\$ 3.888.064,80
Comissionados	R\$ 3.488.085,84	R\$ 4.490,85	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 165.557,75	R\$ 96.921,53	R\$ 144.698,40
Total	R\$ 45.934.061,90	R\$ 273.847,44	R\$ 59.309,13	R\$ 16.995,24	R\$ 9.136,18	R\$ 3.771.413,11	R\$ 2.207.699,99	R\$ 4.032.763,20

DETALHAMENTO DO CUSTO DE ENCARGOS COM PESSOAL

GASTOS	BASE INSS	INSS (22,4686%)	BASE FGTS	FGTS	BASE PASEP	PASEP
EFETIVOS	R\$ 39.310.750,46	R\$ 8.963.886,83	R\$ 39.310.750,46	R\$ 3.211.462,81	R\$ 39.310.750,46	R\$ 401.434,59
COMISSIONADOS	R\$ 3.228.042,84	R\$ 665.551,31	R\$ 3.228.042,84	R\$ 264.355,30	R\$ 3.228.042,84	R\$ 33.044,41
TOTAL	R\$ 42.538.793,30	R\$ 9.629.438,14	R\$ 42.538.793,30	R\$ 3.475.818,11	R\$ 42.538.793,30	R\$ 434.479,00

Gestão de Licitação e Contratos

Contratações em 2020 = R\$ 21 .000.000,00

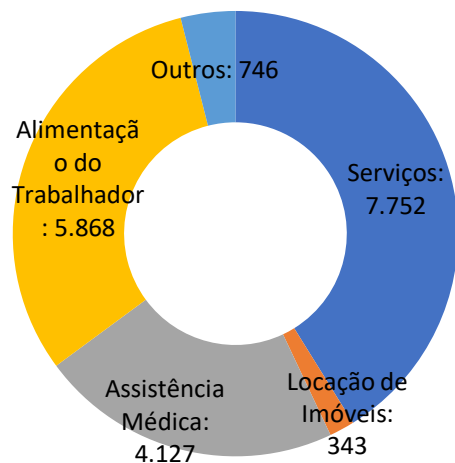


Detalhamento dos gastos por finalidade

Funcionamento Administrativo	R\$ 18.839.150,71
Outros	R\$ 1.088.779,04
Tecnologia da Informação	R\$ 1.146.258,23

Funcionamento Administrativo	
Serviços	R\$ 7.752.989,74
Locação de Imóveis	R\$ 343.730,83
Assistência Médica	R\$ 4.127.840,77
Alimentação do Trabalhador	R\$ 5.868.379,41
Outros	R\$ 746.209,96
Total	R\$ 18.839.150,71

Especificação do Funcionamento Administrativo

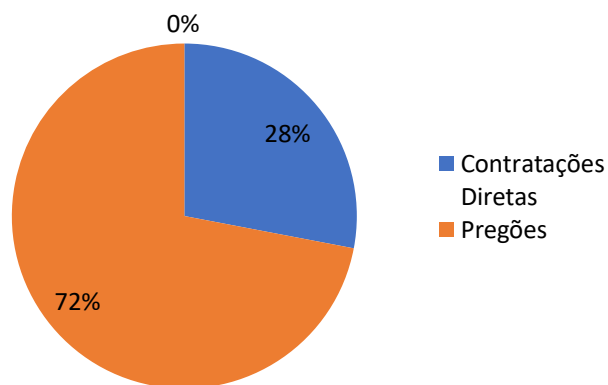


Especificação dos tipos de serviços contratados para o Funcionamento Administrativo

Especificação dos tipos de serviços contratados para o Funcionamento Administrativo	
Tipos de Serviços	Valor em R\$
Serviços Bancários	2480 mi
Limpeza	1013 mi
Manutenção Predial	980 mil
Terceirização do Atendimento	909 mil
Vigilância	788 mil
Correspondência e cobrança	681 mil
Locação de Veículos	631 mil

Gestão de Licitação e Contratos

Processos de Contratação em 2020: 25



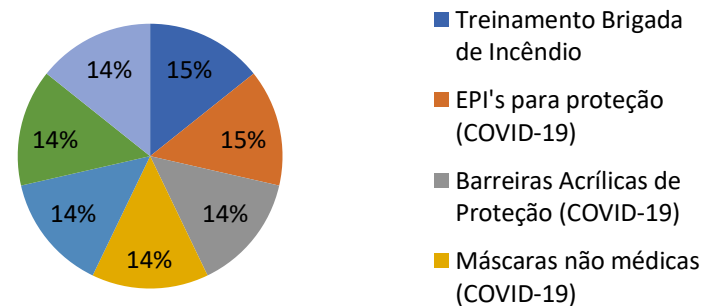
PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO EM 2020	
Contratações Diretas	7
Pregões	18
Outras modalidades	0

As hipóteses de contratação direta são aquelas previstas nos artigos 24 da Lei nº 8.666/93, e artigo 20 da Lei 13.979/20 abaixo seguem os números relativos ao exercício de 2020 de cada um dos tipos:

Tipos	Total
Dispensa de Licitação	7
Inexigibilidade de Licitação	0

Número de Contratações Diretas	
Objeto da Contratação	Quantidade de Contratos
Treinamento Brigada de Incêndio	1
EPI's para proteção (COVID-19)	1
Barreiras Acrílicas de Proteção (COVID-19)	1
Máscaras não médicas (COVID-19)	1
Locação de imóvel	1
Água Mineral	1
Certificação Digital	1

Tipos das Contratações Diretas



Gestão Patrimonial e Infraestrutura

Locação de Imóveis e Equipamentos

Dos 19 pontos de atendimento do conselho, 06 estão alocados em imóveis alugados, visto que em 2012 adotou-se, como estratégia de expansão a locação de salas em condomínios comerciais, principalmente por prescindir dos contratos de vigilância e segurança patrimonial, o que torna substancialmente menos onerosa a operação das unidades.

Unidades em Imóveis Locados	Valores despendidos em 2020 (aluguel + condomínio) (R\$)
Subseção Guarulhos	102.517,01
Subseção Osasco	131.501,71
Subseção Santo André	100.365,27
NAPE* Registro (até Julho 2020)	9.000,00
NAPE Santo Amaro	69.098,99
NAPE Sorocaba	21.479,97
TOTAL =	433.962,95

Locação de Equipamentos	Valores despendidos em 2020 (R\$)
Gerador de Energia	36.930,46
Monitoramento por Câmeras (CFTV)	156.230,55
Frota de veículos terceirizada	756.858,67
TOTAL =	950.019,68

*NAPEs são Núcleos de Atendimento ao Profissional, e não desenvolvem atividades fiscalizatórias.

Gestão Patrimonial e Infraestrutura

Principais investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos), avaliação do seu custo-benefício e impacto sobre os objetivos estratégicos

Em 2020, entre bens imóveis, bens móveis e bem intangíveis, o Coren-SP investiu um total de R\$ 3.063.035,20.

Bens imóveis

Em 11/12/19 foi realizada licitação para a realização de obras de adaptação das instalações do Conselho às normas municipais de acessibilidade do município de São Paulo. No ano de 2020 a obra foi concluída agregando benfeitorias à edificação no valor de R\$ 840.000,00.

Bens móveis

Quanto aos bens móveis, ocorreram incrementos expressivos para a continuidade da renovação do parque de informática do Conselho, desde a infraestrutura do datacenter, até microcomputadores e monitores, assim como outros bens móveis, a saber:

- R\$ 1.714.453,82 em equipamentos de processamento de dados;
- R\$ 88.437,59 em projetores (equipamentos para áudio, vídeo e foto);
- R\$ 51.209,98 entre instalação e aparelhos de ar condicionado para o datacenter (máquinas, utensílios e equipamentos diversos);
- R\$ 6.567,65 em livros para o acervo jurídico e para consulta técnica.

Gestão Patrimonial e Infraestrutura

Principais investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos), avaliação do seu custo-benefício e impacto sobre os objetivos estratégicos

Bens intangíveis

Os investimentos se deram através das aquisições de licenças de softwares para diversos fins e a conclusão de uma solução tecnológica específica de gestão de pessoas, com observância das obrigações trabalhistas e previdenciárias, contemplando o e-Social para empresas públicas e autarquias, perfazendo R\$ 362.366,16.

Desfazimento de ativos

No exercício de 2020 não foram realizadas baixas de bens de quaisquer espécies.

Mudanças e desmobilizações relevantes

Em fevereiro de 2020, como projeto piloto, o Núcleo de atendimento Alto Tietê (NAPE) passou a funcionar dentro da unidade local do *Poupatempo, buscando otimizar o processo de expansão, sempre que for identificada a necessidade de novos pontos de atendimento – com menor impacto financeiro, rapidez de processos, localização estratégica. Além da agilidade na implantação, o custo é substancialmente menor, pois a taxa cobrada, de R\$ 2.006,66 mensais, já inclui toda a infraestrutura necessária, além do fornecimento de água, energia, serviços de limpeza, segurança, entre outros.

**"POUPATEMPO - Centrais de Atendimento ao Cidadão" - Programa do Governo do Estado de São Paulo que se caracteriza pela inovação nas maneiras de atender ao cidadão, na busca de transformações essenciais à qualidade dos serviços prestados pelos diversos órgãos e entidades públicos" (www.poupatempo.sp.gov.br).*

Gestão de Custos

Atualmente o Coren-SP não possuiu sistema informatizado para controle da gestão dos custos, quando há necessidade de estratificações de informações em nível analítico, para atender a necessidade específica, estes dados são gerados a partir da composição dos diversos relatórios e demonstrativos contábeis. Para superar esta carência sistêmica, o Conselho tem desenvolvido relatórios internos com o propósito de fomentar a implantação do sistema de gestão de custos, sabendo que isso seria uma importante ferramenta de apoio à tomada de decisão para os gestores. Destacamos que, atualmente estamos em fase de estudo, sobre a definição da metodologia para a alocação dos custos indiretos aos centros de custos.

A person wearing a blue striped shirt is shown from the chest down, sitting at a desk. They are using a calculator with their right hand and a tablet with their left hand. The background is a blurred office environment with warm lighting.

5 **Informações orçamentárias, financeiras e contábeis**

- Declaração do Contador
- Balanço Patrimonial
- Demonstrações das Variações Patrimoniais
- Balanço Orçamentário
- Balanço Financeiro
- Demonstrações Fluxo de Caixa
- Notas Explicativas

Declaração do Contador

Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis



Nossas demonstrações contábeis foram organizadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, elaboradas em conformidade com a Lei n.º 4.320/64, em observação às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) principalmente a NBC T SP 11.

Elas são referentes ao exercício 2020 e atenderam à Resolução Cofen nº. 340/2008, que estabelece normas e princípios de Administração Financeira e Contábil aplicáveis ao Sistema Cofen/Coren's.

Dentre as práticas adotadas no exercício financeiro de 2020 é relevante citar a apropriação patrimonial da receita pelo regime de competência permanecendo o reconhecimento da receita orçamentária pelo regime de caixa. As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais, a saber:

- a) Balanço Patrimonial – evidencia os ativos e passivos do Coren-SP;
- b) Balanço Orçamentário – evidencia a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista versus a arrecadada e a despesa autorizada versus a executada do Coren-SP;
- c) Balanço Financeiro e a Demonstração dos Fluxos de Caixa – visam demonstrar o fluxo financeiro do Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas;
- d) Demonstração das Variações Patrimoniais – Evidencia o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas) do Coren-SP.

No exercício de 2020, houve melhorias dos processos e mapeamento dos fluxos de trabalho, bem como a aplicação de mudanças de políticas contábeis, visando atender às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público para os itens abaixo:

- Novas políticas contábeis para registro das Provisões para férias e 13º salário de empregados/funcionários;
- Novas políticas contábeis para registro das Depreciações, classificando-as por subelementos de imobilizado, trazendo-se assim, uma melhor qualidade a informação contábil;

-
- Novas políticas contábeis para registro das Provisões para contingências;
 - Reestimativa de perdas para devedores duvidosos, referente anuidade do exercício e a dívida ativa: em fase administrativa e executiva;
 - Segregação de curto e longo das provisões nas ações cíveis e trabalhistas;
 - Implantação por meio de software próprio do Coren-SP (SICSP 2.0), de relatório que evidencia a posição dos recebíveis do Conselho, com isso, é possível evidenciar os saldos dos créditos a receber do Conselho de acordo com a natureza do crédito e a expectativa de recebimento, a saber: anuidade do exercício, anuidades de exercícios anteriores (curto e longo prazo) dívida ativa fases administrativa e executiva (curto e longo prazo).

Ressalvas

A seguir destacamos algumas situações que carecem um melhor detalhamento de trabalho:

- Atualmente o sistema contábil (Siscont.net) da empresa Implanta Informática e o sistema que evidencia o saldo dos créditos inscritos no Contas a Receber e na Dívida Ativa (SICSP 2.0), software próprio do Coren-SP, não possuem uma integração sistêmica da compatibilização de seus saldos, fator que dificulta a evidenciação de forma tempestiva dos saldos dos estoques do Contas a Receber e da Dívida Ativa nas demonstrações contábeis;

Declaração

Portanto considerando os avanços realizados, declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxo de Caixa regidos pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2020, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Coren-SP, exceto no tocante as ressalvas apontadas.

São Paulo, 31 de janeiro de 2021.



João Freitas de Oliveira
CRC nº 1SP 199.901
Coordenador da Contabilidade

Demonstrativos Contábeis

Demonstrações Contábeis

Balço Patrimonial

O Balço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem. A fim de atender aos novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), as estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012. (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 8º edição).

ATIVO	NE	2020	2019
01- ATIVO CIRCULANTE	.	150.079.168,33	147.008.306,16
02- CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1	88.396.385,62	77.192.796,80
03- CRÉDITOS A CURTO PRAZO	.	59.798.487,87	67.823.203,06
04- ANUIDADES DO EXERCÍCIO	.	67.257.143,11	82.671.287,88
05- ANUIDADES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	.	17.724.363,60	15.081.071,78
06- DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA E DE CONTRIBUIÇÕES	2	16.952.900,38	16.773.514,57
07- COTA PARTE A RECEBER - CONSELHO FEDERAL	.	494.254,21	474.792,86
08- (-) AJUSTE DE PERDAS DE CREDITOS TRIBUTARIOS E DE CONTRIBUIÇÕES	3	42.630.173,43	47.177.464,03
09- DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	4	1.190.024,93	1.237.638,87
10- INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	.	0,00	0,00
11- ESTOQUES	5	190.229,71	266.671,13
12- VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	.	504.040,20	487.996,30
13- ATIVO NÃO-CIRCULANTE	.	203.517.418,57	190.474.077,34
14- ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	.	133.105.043,52	117.835.310,31
15- CRÉDITOS A LONGO PRAZO	.	133.105.043,52	117.835.310,31
16- CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	.	128.065.372,43	114.056.957,94
17- DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA E DE CONTRIBUIÇÕES	6	126.790.678,79	112.784.705,71
18- EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	7	0,00	80.000,00
19- (-) RECEITAS A CLASSIFICAR -DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	.	628.806,01	628.806,01
20- (-) AJUSTES DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO	.	131.419.825,41	108.457.547,33
21- INVESTIMENTOS	.	0,00	0,00
22- IMOBILIZADO	8	69.320.788,74	71.881.334,21
23- BENS MÓVEIS	.	7.008.554,44	5.147.885,40
24- BENS IMÓVEIS	.	67.037.297,81	86.658.735,74
25- (-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	9	4.725.063,51	19.925.286,93
26- INTANGÍVEL	8	1.091.586,31	757.432,82
27- SOFTWARES	.	1.586.559,28	1.224.193,12
28- (-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	.	494.972,97	466.760,30
29- Total do Ativo	.	353.596.586,90	337.482.383,50

PASSIVO	NE	2020	2019
01- PASSIVO CIRCULANTE	.	16.930.256,25	17.910.167,34
02- OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	10	1.256.394,36	1.200.963,92
03- EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	.	0,00	0,00
04- FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	11	2.167.981,29	2.108.678,98
05- OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	12	52.031,57	52.114,73
06- OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	13	47.366,69	40.139,48
07- PROVISÕES A CURTO PRAZO	14	6.000.996,70	8.300.429,81
08- DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	15	7.405.485,64	6.207.840,42
09- PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	.	2.549.439,32	3.073.967,24
10- OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	.	0,00	0,00
11- EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	.	0,00	0,00
12- FORNECEDORES A LONGO PRAZO	.	0,00	0,00
13- OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	.	0,00	0,00
14- OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	.	0,00	0,00
15- PROVISÕES A LONGO PRAZO	16	2.549.439,32	3.073.967,24
16- DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	.	0,00	0,00
17- RESULTADO DIFERIDO	.	0,00	0,00
18- PATRIMÔNIO LÍQUIDO	.	334.116.891,33	316.498.248,92
19- Patrimônio Social e Capital Social	.	0,00	0,00
20- Ajuste de avaliação Patrimonial	.	0,00	0,00
21- Demais Reservas	.	0,00	0,00
22- Resultados Acumulados	17	334.116.891,33	316.498.248,92
23- Total do Passivo	.	353.596.586,90	337.482.383,50

Link para consulta: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/demonstracoes-contabeis/>

Demonstrativos Contábeis

Demonstrações das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

Este Demonstrativo tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

A DVP permite a análise de como as políticas adotadas provocaram alterações no patrimônio público, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade. (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 8ª edição).

O resultado patrimonial está demonstrado no quadro abaixo:

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (VPA)	NE	2020	2019
01- Contribuições	18	168.107.530,95	168.521.015,11
02- Exploração e venda de bens, serviços e direitos	19	14.173.083,34	23.971.513,34
03- Variações patrimoniais aumentativas financeiras	20	8.336.387,72	6.177.912,42
04- Transferências recebidas	.		
05- Valorização e ganhos com ativos	21	2.616,76	6.733,47
06- Outras variações patrimoniais aumentativas	22	169.844.356,99	231.534.406,66
07- TOTAL (VPA)	.	360.463.975,76	430.211.581,00

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (VPD)	NE	2020	2019
01- Pessoal e encargos	23	71.654.405,43	72.243.669,26
02- Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	24	24.730.887,72	24.661.184,66
03- Variações patrimoniais diminutivas financeiras	25	20.895.177,57	6.666.702,44
04- Transferências concedidas	26	80.000,00	37.090.590,54
05- Desvalorização e perda de ativos	27	174.049.998,84	192.282.388,47
06- VPD Tributárias	28	12.756,29	13.561,83
07- Outras variações patrimoniais diminutivas	29	43.567.938,82	4.836.982,35
08- TOTAL (VPD)	.	334.991.164,67	337.795.079,55

01- RESULTADO PATRIMONIAL	30	25.472.811,09	92.416.501,45
---------------------------	----	---------------	---------------

Link para consulta: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/demonstracoes-contabeis>

Demonstrativos Contábeis

Balanço Orçamentário

A Lei 4.320/1964 prevê a elaboração do Balanço Orçamentário e dispõe que ele demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Desta forma, considerando que os entes públicos estão obrigados à publicação da lei orçamentária anual, por força de dispositivo constitucional e observada as disposições da Lei 4.320/1964, entende-se que o Balanço Orçamentário atende aos objetivos previstos na NBC TSP 13 e, deve, tanto quanto possível, observar o disposto naquela norma. Desta forma, este capítulo tem por objetivo dispor sobre a elaboração do Balanço Orçamentário, compatibilizando as disposições da NBC TSP 11, NBC TSP 13 e a legislação aplicável.

O Balanço Orçamentário é composto por: a) Quadro Principal; b) Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e c). Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados. O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação. (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 8ª edição).

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
01- RECEITA CORRENTE	.	151.867.574,99	151.867.574,99	137.818.609,65	-14.048.965,34
02- RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	.	107.326.279,62	107.326.279,62	104.512.824,16	-2.813.455,46
03- CONTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS E ECONÔMICAS	.	107.326.279,62	107.326.279,62	104.512.824,16	-2.813.455,46
04- ANUIDADES - PESSOAS FÍSICAS	.	106.765.530,43	106.765.530,43	104.000.641,74	-2.764.888,69
05- ANUIDADES - PESSOAS JURÍDICAS	.	560.749,19	560.749,19	512.182,42	-48.566,77
06- RECEITAS PATRIMONIAIS	.	5.864.177,91	5.864.177,91	2.678.131,11	-3.186.046,80
07- RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	.	5.864.177,91	5.864.177,91	2.678.131,11	-3.186.046,80
08- RECEITAS DE SERVIÇOS	.	13.275.456,84	13.275.456,84	14.169.446,97	893.990,13
09- SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	.	13.275.456,84	13.275.456,84	14.169.433,52	893.976,68
10- TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	.	800.000,00	800.000,00	0,00	-800.000,00
11- TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	.	800.000,00	800.000,00	0,00	-800.000,00
12- TRANSFERÊNCIAS DO CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM - COFEN	.	800.000,00	800.000,00	0,00	-800.000,00
13- OUTRAS RECEITAS CORRENTES	.	24.601.660,62	24.601.660,62	16.458.207,41	-8.143.453,21
14- MULTAS E JUROS DE MORA	.	14.242.390,40	14.242.390,40	5.658.243,16	-8.584.147,24
15- MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES	.	7.769.747,06	7.769.747,06	2.627.684,65	-5.142.062,41
16- MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES	.	6.472.643,34	6.472.643,34	3.030.558,51	-3.442.084,83
17- MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	.				
18- INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	.	1.530,86	1.530,86	13.724,87	12.194,01
19- INDENIZAÇÕES	.	0,00	0,00	7,00	7,00
20- RESTITUIÇÕES	.	1.530,86	1.530,86	13.717,87	12.187,01
21- RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	.	9.901.236,51	9.901.236,51	10.378.842,58	477.606,07
22- RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	.	9.901.236,51	9.901.236,51	10.378.842,58	477.606,07
23- RECEITAS DIVERSAS	.	456.502,85	456.502,85	407.396,80	-49.106,05
24- Receitas de Seguros	.				
25- RECEITA DA "TERCEIRIZAÇÃO" DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS AGENTES PÚBLICOS	.				
26- OUTRAS RECEITAS	.	456.502,85	456.502,85	407.396,80	-49.106,05
27- RECEITA DE CAPITAL	.				
28- ALIENAÇÃO DE BENS	.				
29- RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	.	0,00	0,00	0,00	0,00
30- SUB-TOTAL DAS RECEITAS	.	151.867.574,99	151.867.574,99	137.818.609,65	-14.048.965,34
31- DÉFICIT	.	0,00	0,00	0,00	0,00
32- TOTAL	.	151.867.574,99	151.867.574,99	137.818.609,65	-14.048.965,34
33- SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	.				
34- SUPERAVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIO ANTERIOR	.				

Demonstrativos Contábeis

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
01- CRÉDITO DISPONÍVEL	.	151.867.574,99	151.867.574,99	125.165.856,83	122.527.684,29	119.226.697,28	26.701.718,16
02- CRÉDITO DISPONÍVEL - DESPESAS CORRENTES	.	146.407.988,47	146.974.964,47	124.108.353,64	121.534.181,10	118.233.194,09	22.866.610,83
03- VENCIMENTOS E VANTAGENS - PESSOAL CIVIL	.	77.894.597,99	77.906.097,99	68.928.778,84	68.010.438,43	66.115.911,36	8.977.319,15
04- PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - APLICAÇÕES DIRETAS	.	77.894.597,99	77.906.097,99	68.928.778,84	68.010.438,43	66.115.911,36	8.977.319,15
05- CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	.	199.479,86	210.979,86	154.409,44	154.409,44	152.313,10	56.570,42
06- VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	.	51.697.358,54	51.402.358,54	45.498.649,57	45.498.649,57	45.493.266,09	5.903.708,97
07- OBRIGAÇÕES PATRONAIS	.	16.305.308,23	16.305.308,23	13.970.242,36	13.970.242,36	12.739.065,79	2.335.065,87
08- OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	.	7.442.451,36	7.737.451,36	7.465.564,29	6.547.223,88	5.961.003,20	271.887,07
09- SENTENÇAS JUDICIAIS	.	2.250.000,00	2.250.000,00	1.839.913,18	1.839.913,18	1.770.263,18	410.086,82
10- INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	.						
11- OUTRAS DESPESAS CORRENTES	.	68.513.390,48	69.068.866,48	55.179.574,80	53.523.742,67	52.117.282,73	13.889.291,68
12- TRANSFERÊNCIAS DA INTRAGOVERNAMENTAIS	.	36.237.555,20	36.237.555,20	33.787.041,36	33.787.041,36	33.739.674,67	2.450.513,84
13- CONTRIBUIÇÕES	.	36.237.555,20	36.237.555,20	33.787.041,36	33.787.041,36	33.739.674,67	2.450.513,84
14- OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS	.	32.275.835,28	32.831.311,28	21.392.533,44	19.736.701,31	18.377.608,06	11.438.777,84
15- DIÁRIAS	.	650.000,00	650.000,00	96.992,00	96.992,00	96.992,00	553.008,00
16- MATERIAL DE CONSUMO	.	1.461.580,59	1.677.556,59	316.513,20	281.992,92	266.828,40	1.361.043,39
17- MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	.	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
18- PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	.	197.294,29	197.294,29	55.000,59	48.399,60	48.399,40	142.293,70
19- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	.	1.081.268,56	1.081.268,56	805.615,01	804.236,01	789.339,77	275.653,55
20- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	.	25.151.691,84	25.679.691,84	17.362.465,09	15.753.883,23	14.425.742,24	8.317.226,75
21- DESPESAS MIÚDAS DE PRONTO PAGAMENTO	.	80.000,00	80.000,00	19.709,54	19.709,54	19.709,54	60.290,46
22- OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	.	49.000,00	49.000,00	12.861,20	12.861,20	12.741,66	36.138,80
23- SENTENÇAS JUDICIAIS	.	150.000,00	150.000,00	30.048,34	30.048,34	30.048,34	119.951,66
24- DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	.	175.000,00	356.172,00	252.994,76	252.994,76	252.223,00	103.177,24
25- INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	.	3.250.000,00	2.880.328,00	2.440.333,71	2.435.583,71	2.435.583,71	439.994,29
26- CRÉDITO DISPONÍVEL - DESPESAS DE CAPITAL	.	4.326.513,02	4.502.351,02	1.057.503,19	993.503,19	993.503,19	3.444.847,83
27- INVESTIMENTOS	.	4.326.513,02	4.502.351,02	1.057.503,19	993.503,19	993.503,19	3.444.847,83
28- INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS	.	4.326.513,02	4.502.351,02	1.057.503,19	993.503,19	993.503,19	3.444.847,83
29- OBRAS E INSTALAÇÕES	.	705.662,00	904.000,00	904.000,00	840.000,00	840.000,00	0,00
30- EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	.	3.620.851,02	3.598.351,02	153.503,19	153.503,19	153.503,19	3.444.847,83
31- RESERVA DE CONTIGÊNCIA	.	1.133.073,50	390.259,50	0,00	0,00	0,00	390.259,50
32- SUB-TOTAL DAS DESPESAS	.	151.867.574,99	151.867.574,99	125.165.856,83	122.527.684,29	119.226.697,28	26.701.718,16
33- SUPERÁVIT	.	0,00	0,00	12.652.752,82	0,00	0,00	12.652.752,82
34- TOTAL	.	151.867.574,99	151.867.574,99	137.818.609,65	122.527.684,29	119.226.697,28	14.048.965,34

Link para consulta: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/demonstracoes-contabeis/>

Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando:

- a. a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte / destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas;
- b. os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;

Demonstrativos Contábeis

c. as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS; e d. o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte. (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 8ª edição).

▲	INGRESSOS	NE	2020	2019
01-	Receita Orçamentária	.	137.818.609,65	153.246.585,21
02-	RECEITA REALIZADA	.	137.818.609,65	153.246.585,21
03-	RECEITA CORRENTE	.	137.818.609,65	153.246.585,21
04-	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	.	104.512.824,16	102.302.081,89
05-	CONTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS E ECONÔMICAS	.	104.512.824,16	102.302.081,89
06-	ANUIDADES - PESSOAS FÍSICAS	.	104.000.641,74	101.749.641,15
07-	ANUIDADES - PESSOAS JURÍDICAS	.	512.182,42	552.440,74
08-	RECEITAS PATRIMONIAIS	.	2.678.131,11	4.791.914,33
09-	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	.	2.678.131,11	4.791.914,33
10-	RECEITAS DE SERVIÇOS	.	14.169.446,97	23.968.970,92
11-	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	.	14.169.433,52	23.968.970,92
12-	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	.	16.458.207,41	22.183.618,07
13-	MULTAS E JUROS DE MORA	.	5.658.243,16	12.803.503,57
14-	MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES	.	2.627.684,65	7.050.057,05
15-	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES	.	3.030.558,51	5.753.446,52
16-	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	.		
17-	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	.	13.724,87	13.991,74
18-	INDENIZAÇÕES	.	7,00	509,80
19-	RESTITUIÇÕES	.	13.717,87	13.481,94
20-	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	.	10.378.842,58	8.573.611,97
21-	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS	.	10.378.842,58	8.573.611,97
22-	RECEITAS DIVERSAS	.	407.396,80	792.510,79
23-	Receitas de Seguros	.	0,00	1.250,00
24-	RECEITA DA "TERCEIRIZAÇÃO" DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS AGENTES PÚBLICOS	.	0,00	310.510,00
25-	OUTRAS RECEITAS	.	407.396,80	480.750,79
26-	Recebimentos Extraorçamentários	.	43.470.834,53	47.451.700,52
27-	Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	31	2.638.172,54	4.968.315,83
28-	Inscrição de Restos a Pagar Processados	32	3.300.987,01	3.358.977,93
29-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	.	13.815.864,60	8.926.160,31
30-	Outros Recebimentos Extraorçamentários	.	23.715.810,38	30.198.246,45
31-	Saldo em espécie do Exercício Anterior	33	78.377.495,26	55.056.381,95
32-	Caixa e Equivalente de Caixa	.	77.192.796,80	54.043.399,62
33-	Depósitos. Rest. Vlrs Vinculados	.	1.184.698,46	1.012.982,33
34-	Total dos Ingressos	.	259.666.939,44	255.754.667,68

▲	DISPÊNDIOS	NE	2020	2019
01-	Despesa Orçamentária	.	125.165.856,83	134.464.112,51
02-	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	.	2.638.172,54	4.968.315,83
03-	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	.	3.300.987,01	3.358.977,93
04-	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO - PAGO	.	119.226.697,28	126.136.818,75
05-	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO - PAGO - DESPESAS CORRENTES	.	118.233.194,09	125.158.101,48
06-	VENCIMENTOS E VANTAGENS - PESSOAL CIVIL	.	66.115.911,36	67.052.134,78
07-	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - APLICAÇÕES DIRETAS	.	66.115.911,36	67.052.134,78
08-	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	.	152.313,10	164.028,38
09-	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	.	45.493.266,09	45.813.851,46
10-	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	.	12.739.065,79	12.820.998,19
11-	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	.	5.961.003,20	5.764.174,70
12-	SENTENÇAS JUDICIAIS	.	1.770.263,18	2.223.639,81
13-	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	.	0,00	265.442,24
14-	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	.	52.117.282,73	58.105.966,70
15-	TRANSFERÊNCIAS DA INTRAGOVERNAMENTAIS	.	33.739.674,67	37.050.451,06
16-	CONTRIBUIÇÕES	.	33.739.674,67	37.050.451,06
17-	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS	.	18.377.608,06	21.055.515,64
18-	DIÁRIAS	.	96.992,00	489.581,00
19-	MATERIAL DE CONSUMO	.	266.828,40	671.103,65
20-	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	.	0,00	22.420,00
21-	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	.	48.399,40	188.787,94
22-	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	.	789.339,77	843.455,00
23-	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	.	14.425.742,24	15.809.742,18
24-	DESPESAS MIÚDAS DE PRONTO PAGAMENTO	.	19.709,54	35.327,48
25-	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	.	12.741,66	13.561,82
26-	SENTENÇAS JUDICIAIS	.	1.770.263,18	69.024,04
27-	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	.	252.223,00	91.271,88
28-	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	.	2.435.583,71	2.821.240,65
29-	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO - PAGO - DESPESAS DE CAPITAL	.	993.503,19	978.717,27
30-	INVESTIMENTOS	.	993.503,19	978.717,27
31-	INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS	.	993.503,19	978.717,27
32-	OBRAS E INSTALAÇÕES	.	840.000,00	
33-	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	.	153.503,19	978.717,27
34-	Transferências Financeiras Concedidas	.	0,00	
35-	Pagamentos Extraorçamentários	.	44.969.954,30	42.913.059,91
36-	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	34	4.755.700,15	2.179.461,51
37-	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	35	3.358.908,85	1.745.445,34
38-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	.	13.772.424,02	7.613.515,92
39-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	.	23.082.921,28	31.374.637,14
40-	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	36	89.531.128,31	78.377.495,26
41-	Caixa e Equivalente de Caixa	.	88.396.385,62	77.192.796,80
42-	Depósitos. Rest. Vlrs Vinculados	.	1.134.742,69	1.184.698,46
43-	Total dos Dispêndios	.	259.666.939,44	255.754.667,68

Demonstrações dos Fluxo de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

A DFC identificará:

- a. as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- b. os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e
- c. o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

A informação dos fluxos de caixa permite aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados. Tais informações são úteis para fornecer aos usuários das demonstrações contábeis informações para prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.

Definições

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em valor conhecido de caixa e que estão sujeitas a insignificante risco de mudança de valor.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimento ou outros fins. Para que o investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele deve ser prontamente conversível em quantia conhecida de caixa e estar sujeito a risco insignificante de mudanças de valor. Portanto, o investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa somente quando tiver vencimento de curto prazo de, por exemplo, três meses ou menos a partir da data de aquisição. Em regra, os investimentos em ações de outras entidades são excluídos dos equivalentes de caixa.

Fluxos de caixa são as entradas e as saídas de caixa e de equivalentes de caixa.

Os fluxos de caixa excluem movimentos entre itens que constituem caixa ou equivalentes de caixa porque esses componentes são parte da gestão de caixa da entidade e não parte de suas atividades operacionais, de investimento e de financiamento. A gestão de caixa inclui o investimento do excesso de caixa em equivalentes de caixa.

Atividades de financiamento são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no endividamento da entidade.

Atividades de investimento são as referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.

Atividades operacionais são as atividades da entidade que não as de investimento e de financiamento. (**Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 8º edição**).

Demonstrativos Contábeis

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	NE	2020	2019
01- INGRESSOS	.		
02- RECEITA CORRENTE	.	137.818.609,65	153.246.585,21
03- RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	.	104.512.824,16	102.302.081,89
04- CONTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS E ECONÔMICAS	.	104.512.824,16	102.302.081,89
05- ANUIDADES - PESSOAS FÍSICAS	.	104.000.641,74	101.749.641,15
06- ANUIDADES - PESSOAS JURÍDICAS	.	512.182,42	552.440,74
07- RECEITAS PATRIMONIAIS	.	2.678.131,11	4.791.914,33
08- RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	.	2.678.131,11	4.791.914,33
09- RECEITAS DE SERVIÇOS	.	14.169.446,97	23.968.970,92
10- SERVIÇOS FINANCEIROS	.	13,45	
11- SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	.	14.169.433,52	23.968.970,92
12- OUTRAS RECEITAS CORRENTES	.	16.458.207,41	22.183.618,07
13- MULTAS E JUROS DE MORA	.	5.658.243,16	12.803.503,57
14- MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES	.	2.627.684,65	7.050.057,05
15- MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES	.	3.030.558,51	5.753.446,52
16- MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	.		
17- INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	.	13.724,87	13.991,74
18- INDENIZAÇÕES	.	7,00	509,80
19- RESTITUIÇÕES	.	13.717,87	13.481,94
20- RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	.	10.378.842,58	8.573.611,97
21- RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	.	10.378.842,58	8.573.611,97
22- RECEITAS DIVERSAS	.	407.396,80	792.510,79
23- Receitas de Seguros	.	0,00	1.250,00
24- RECEITA DA "TERCEIRIZAÇÃO" DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS AGENTES PÚBLICOS	.	0,00	310.510,00
25- OUTRAS RECEITAS	.	407.396,80	480.750,79
26- OUTROS INGRESSOS	.	37.582.127,73	39.470.361,17

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	NE	2020	2019
01- DESEMBOLSOS	.		
02- CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO - PAGO - DESPESAS CORRENTES	.	118.233.194,09	125.158.101,48
03- VENCIMENTOS E VANTAGENS - PESSOAL CIVIL	.	66.115.911,36	67.052.134,78
04- PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - APLICAÇÕES DIRETAS	.	66.115.911,36	67.052.134,78
05- CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	.	152.313,10	164.028,38
06- VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	.	45.493.266,09	45.813.851,46
07- OBRIGAÇÕES PATRONAIS	.	12.739.065,79	12.820.998,19
08- OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	.	5.961.003,20	5.764.174,70
09- SENTENÇAS JUDICIAIS	.	1.770.263,18	2.223.639,81
10- INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	.	0,00	265.442,24
11- OUTRAS DESPESAS CORRENTES	.	52.117.282,73	58.105.966,70
12- TRANSFERÊNCIAS DA INTRAGOVERNAMENTAIS	.	33.739.674,67	37.050.451,06
13- CONTRIBUIÇÕES	.	33.739.674,67	37.050.451,06
14- OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS	.	18.377.608,06	21.055.515,64
15- DIÁRIAS	.	96.992,00	489.581,00
16- MATERIAL DE CONSUMO	.	266.828,40	671.103,65
17- MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	.	0,00	22.420,00
18- PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	.	48.399,40	188.787,94
19- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	.	789.339,77	843.455,00
20- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	.	14.425.742,24	15.809.742,18
21- DESPESAS MIÚDAS DE PRONTO PAGAMENTO	.	19.709,54	35.327,48
22- OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	.	12.741,66	13.561,82
23- SENTENÇAS JUDICIAIS	.	30.048,34	69.024,04
24- DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	.	252.223,00	91.271,88
25- INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	.	2.435.583,71	2.821.240,65
26- OUTROS DESEMBOLSOS	.	44.970.451,28	43.443.310,45
27- FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	37	12.197.092,01	24.115.534,45

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	NE	2020	2019
01- INGRESSOS	.	0,00	0,00
02- DESEMBOLSOS	.	0,00	0,00
03- INVESTIMENTOS	.	993.503,19	978.717,27
04- INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS	.	993.503,19	978.717,27
05- OBRAS E INSTALAÇÕES	.	840.000,00	0,00
06- EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	.	153.503,19	978.717,27
07- FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	.	-993.503,19	-978.717,27
08- FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	37	0,00	0,00
09- INGRESSOS	.	0,00	0,00
10- DESEMBOLSOS	.	0,00	0,00
11- FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	37	0,00	0,00
12- APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	.	0,00	0,00
13- GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	.	11.203.588,82	23.136.817,18
14- CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	.	77.192.796,80	54.043.399,62
15- CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	.	88.396.385,62	77.192.796,80

Link para consulta: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/demonstracoes-contabeis/>

Contexto Operacional

O Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo, localizado na Alameda Ribeirão Preto nº 82, bairro da Paulista, São Pulo/SP, vinculado ao Conselho Federal de Enfermagem, criado pela Lei nº 5.905 de 12 de Julho de 1973, é uma Autarquia Federal da Administração Pública Indireta dotada de personalidade jurídica de Direito Público, com autonomia administrativa, financeira, patrimonial, orçamentária e política, que tem como finalidade a normatividade, disciplina e fiscalização do exercício da Enfermagem, e da observância de seus princípios éticos profissionais.

A estrutura, organização e funcionamento foram estabelecidos pela Resolução Cofen nº. 421 de 15 de Fevereiro de 2012. A constituição, sede e foro do Coren-SP estão regulamentados em seu Regimento Interno aprovado pela Decisão Coren-SP nº 03/2013.

A principal fonte de recursos do Conselho é composta pela arrecadação de anuidades e taxas de serviços administrativos.

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis do Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 8ª edição da Secretaria do Tesouro Nacional.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

- I) Balanço Patrimonial (BP);
- II) Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III) Balanço Orçamentário (BO);
- IV) Balanço Financeiro (BF);
- V) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo, visando atender às premissas do modelo da contabilidade aplicadas ao setor público.

Caixa e equivalentes de caixa:

As contas deste grupo estão demonstradas pelo critério de grau de liquidez de realização. Saldos esses em conta movimento e aplicações financeiras com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Seus valores são registrados pelos valores de custos estão disponibilizados e acrescidos dos rendimentos auferidos, até a data das demonstrações contábeis. Os equivalentes de caixa do COREN-SP são mantidos com a finalidade de atendimento a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

Créditos à curto prazo:

Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis. Estão representados pelo saldo a receber dos valores de anuidades, multas de infrações e eleições, acrescidos de atualização monetária, multa e juros, em cobrança Administrativa.

Ajustes para perdas de devedores duvidosos:

A estimativa da perda com créditos de liquidação duvidosa sobre os créditos de curto prazo é calculada considerando-se o histórico de recebimento dos créditos apenas do exercício anterior. O percentual apurado é aplicado sobre o total dos créditos a receber do exercício atual, resultando assim na previsão do que não será recebido. As atualizações dos créditos e os ajustes nas contas de provisões são contabilizados em contra partida às contas de Variações para posterior apuração do resultado do exercício.

a) Implantação de política contábil – Nós procedemos o registro contábil de ajuste para perdas de devedores duvidosos no encerramento do exercício de 2018 em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual (Mensuração de Ativos e Passivos, Receitas e Despesas).

b) Base de mensuração – Utilizamos média ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores ao deste balanço, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios anteriores. Durante o exercício de 2020, foram constituídas estimativas com perdas estimativas e que devido à nova métrica adotada de composição e constituição para o exercício de 2020, precisaram ser revertidos, tais lançamentos foram constituídos baixando-se a conta correspondente ao ajuste para perdas referente ao crédito a receber contra uma VPA de reversão de perdas, abaixo evidenciaremos os lançamentos.

c) Julgamento pela aplicação - Na preparação das nossas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, porém, utilizamos o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que utilizamos o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

Demais Créditos e Valores a Curto Prazos:

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, com vencimento no curto prazo.

Estoques:

Compreende o somatório dos itens adquiridos pelo COREN-SP, com o objetivo de utilização própria no curso normal de suas atividades operacionais e administrativas, composto principalmente de materiais de expediente, materiais para manutenção de bens móveis e imóveis, materiais de higiene, limpeza e conservação, e outros. Os materiais em almoxarifado estão avaliados pelo custo médio de aquisição, não superando o preço corrente de mercado.

Imobilizado:

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Intangível:

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida).

Depreciação, exaustão e amortização acumulada:

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável é o das quotas constantes. Como regra geral a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

As informações da depreciação dos bens móveis do COREN-SP são apuradas pelo Sistema Patrimonial (SISPAT), que utiliza como regra de cálculo os seguintes parâmetros: Método linear das cotas constantes ; As alíquotas de depreciação, vida útil e saldo residual guardam conformidade com a legislação do Imposto de Renda.

Passivo

Passivo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

Provisões

As provisões do COREN-SP estão segregadas do em três categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

Ativos e Passivos Contingentes:

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo

Compreende as obrigações referentes a Salários e Remunerações, bem como encargos sociais como INSS, FGTS e PIS, com vencimento até o término do exercício seguinte, apropriados de acordo com a legislação vigente.

Fornecedores e Contas a Pagar à Curto Prazo

Representado por valores a pagar aos fornecedores pela aquisição de materiais e/ou serviços, decorrentes dos empenhos liquidados e não pagos até o encerramento do exercício. As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

Apuração do Resultado:

Em atendimento ao MCASP (Manual de Contabilidade Aplicada ao setor Público – 8ª edição) o COREN-SP apura os seguintes resultados:

Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a COREN-SP, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/ Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Resultado orçamentário

O regime orçamentário tem previsão no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Também é possível verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Notas Explicativas

Nota 01: Caixa e Equivalentes de Caixa:

Os recursos disponíveis em caixa e equivalentes de caixa são administrados pelo COREN-SP, em consonância ao que dispõe o § 3º do Art.º 164 da Constituição Federal. Tais recursos são compreendidos pelos depósitos bancários, aplicações em Poupança e CDB-Certificados de Depósitos Bancários.

As contas deste subgrupo estão demonstradas em ordem decrescente do grau de liquidez, avaliadas pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço. Os caixas e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurados a valor justo e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

CONTA	2020	2019	AH%
01- Bancos Conta Movimento	5.798.242,32	4.986.834,17	16,27%
02- Rede Bancária Arrecadação Banco Do Brasil	832.771,33	258.721,77	221,88%
03- Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	81.765.371,97	71.947.240,86	13,65%
04- CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	88.396.385,62	77.192.796,80	14,51%

Nota 02: Dívida Ativa Tributária e de Contribuições:

A Dívida Ativa é oriunda dos valores das Contribuições de exercícios anteriores, bem como de Contribuições não realizadas no ano em curso. Considera-se Dívida Ativa de Curto Prazo os valores previstos para recebimento até o término do exercício subsequente. A Dívida de Curto Prazo registrada em 31/12/2020 contempla o valor principal acrescido de juros e multa de mora.

Para constituição da estimativa de perda com créditos da Dívida Ativa foi utilizada a metodologia baseada no histórico de recebimentos dos exercícios de 2018 a 2020.

Nesta metodologia, calcula-se o quociente de recebimento e a perda estimada por exercício, com base no total de recebimento e no total dos saldos de créditos tributários a receber no início de cada exercício.

Nota 03: Ajuste de Perdas de Créditos à Curto Prazo:

O ajuste de perdas de créditos à curto prazo compreende o ajuste para perdas estimadas com o não recebimento de valores do ativo (créditos tributários, dívida ativa, transferências, clientes, empréstimos concedidos, demais créditos), por inadimplência de terceiros e outras.

○ Cálculo do ajuste para perdas de créditos à Curto Prazo foi baseado no histórico de recebimentos passados.

Nesta metodologia, a perda estimada é calculada aplicando-se o quociente médio de recebimento sobre o saldo atualizado da conta de valores a receber e subtraindo-se este resultado do saldo atualizado da conta valores a receber. Para curto prazo, consideraram-se os débitos que estiverem parcelados, através de acordos, e que seus vencimentos ficassem adstritos até 12 meses do término do exercício seguinte conforme quadro abaixo.

Base de Cálculo	ANUIDADES DO EXERCÍCIO	ANUIDADES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA E DE CONTRIBUIÇÕES
01- Exercício 2018			
02- Total de Saldos de Créditos Tributários a Receber Anual	145.987.787,88		44.694.243,71
03- Total de Recebimentos Anuais	76.395.202,30		23.358.344,94
04- QM = Quociente de Recebimentos	52,33%		52,26%
05- PE = Perda Estimada	47,67%		47,74%
06- Exercício 2019			
07- Total de Saldos de Créditos Tributários a Receber Anual	153.083.009,31		49.520.157,93
08- Total de Recebimentos Anuais	79.217.429,74		8.065.049,83
09- QM = Quociente de Recebimentos	51,75%		16,29%
10- PE = Perda Estimada	48,25%		83,71%
11- Exercício 2020			
12- Total de Saldos de Créditos Tributários a Receber Anual	160.833.350,90		34.677.263,98
13- Total de Recebimentos Anuais	75.589.743,74		23.541.157,27
14- QM = Quociente de Recebimentos	47,00%		67,89%
15- PE = Perda Estimada	53,00%		32,11%
16- Estimativa de Perda - CP	49,64%		54,52%
17- Saldo 31/12/2020	67.257.143,11	0,00	16.952.900,38
18- PEM - Perda Estimada Média - 3 exercícios	33.387.190,23	0,00	9.242.983,20

LEGENDA

01- QR = (Total de recebimentos anuais) / (Saldos de créditos tributários a receber)

02- PE = 100% - QR

03- PEM = (PE2018 + PE2019 + PE2020) / 3

Notas Explicativas

Destacamos que o Balanço Patrimonial do exercício se encontra evidenciada, de forma analítica no exercício corrente, o valor bruto da Dívida Ativa e o valor da conta redutora Ajuste de Perdas de Créditos.

Conforme subgrupo Créditos à Curto Prazo abaixo:

DESCRIÇÃO	2020	2019
01- ANUIDADES PESSOA FÍSICA		0,00
02- ANUIDADES PESSOA JURÍDICA	399.011,56	0,00
03- ANUIDADES DO EXERCÍCIO	66.858.131,55	82.671.287,88
04- ANUIDADES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17.724.363,60	15.081.071,78
05- Dívida Ativa – Anuidades Pessoa Física – Curto Prazo - Fase ADM	10.647.954,38	10.179.411,38
06- Dívida Ativa – Anuidades Pessoa Jurídica – Curto Prazo- Fase ADM	5.136,37	0,00
07- Dívida Ativa – Anuidades Pessoa Física – Curto Prazo- Fase EXE	6.299.809,63	6.594.103,19
08- COFEN – ¼ - Restituição de Profissionais		0,00
09- Cota Cofen Repassada a Maior		0,00
10- COFEN – ¼ - Restituição de Profissionais	456.185,07	436.723,72
11- Cota Cofen Repassada a Maior	38.069,14	38.069,14
12- (-) Ajuste de Perdas de Créditos – Pessoa Física		0,00
13- (-) Ajuste de Perdas de Créditos - Anuidades do Exercício	-33.387.190,23	-38.778.110,25
14- (-)Ajuste de Perdas de Crédito - Dívida Ativa Tributárias e Contribuições - Curto Prazo	-9.242.983,20	-8.399.353,78
15- TOTAL SUBGRUPO CREDITOS A CURTO PRAZO	59.798.487,87	67.823.203,06

Nota 04: Demais Créditos e Valores à Curto Prazo:

Compreende os créditos valores não enquadráveis nos demais subgrupos, com previsão de realização até o término do exercício social subsequente. Os montantes são registrados neste subgrupo pelo valor original, conforme detalhado no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	2020	2019
01- Adiantamentos Concedidos a Pessoal	5.927,47	12.569,82
02- Adiantamento/Depósitos de Suprimento de Fundos	688,65	688,65
03- Depósitos Suprimento de Fundos-Prestação de Contas		0,00
04- Tributos a Recuperar	41.844,69	36.134,30
05- Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.134.742,69	1.184.698,46
06- Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	4.830,51	3.547,64
Total	1.188.034,01	1.237.638,87

Os Adiantamentos Concedidos a Pessoal correspondem aos valores de férias e salários, a serem descontados em Folha de Pagamento. Os Adiantamentos e Depósitos de Suprimento de Fundos correspondem aos valores adiantados aos detentores de suprimentos, a critério e sob a responsabilidade do Ordenador de Despesas, pendentes de prestação de contas.

Os Tributos a Recuperar correspondem a valores passíveis de restituição ao COREN-SP.

Os Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados correspondem aos depósitos recursais efetuados em virtude de processos cíveis e trabalhistas, nos quais o Conselho é parte envolvida. A análise periódica destes valores é efetuada pela GJUR-Gerência Jurídica.

Os demais créditos a receber correspondem ao repasse de cota parte efetuado no exercício de 2016 bem como multa por inexecução contratual do fornecedor, receita não passível de repasse da cota parte e outros créditos com terceiros, de natureza temporária, a serem restituídos ao Conselho.

Nota 05: Estoques:

Compreende o valor dos bens adquiridos pelo COREN-SP, com o objetivo de utilização própria no curso normal de suas atividades administrativas e operacionais, adquiridos através de processo licitatório, mensurados pelo custo médio de aquisição.

DESCRIÇÃO	2020	2019
Material de Consumo	190.229,71	266.671,13

DESCRIÇÃO	DEMONSTRATIVO	VALOR
01 - (+) Saldo Inicial em Estoque	Balanço Patrimonial Comparado	266.671,13
02- (+) Liquidações do Exercício	Razão Contábil	102.510,32
03- (+) Liquidações de Restos a Pagar	Razão Contábil	19.318,50
04- (+) Ganhos com Incorporação de Ativos	Variações Patrimoniais(Ajuste de Inventário)	1.488,15
05- (-) Material de Consumo	Variações Patrimoniais	199.758,39
06- (=) SALDO FINAL EM ESTOQUE	BALANÇO PATRIMONIAL	190.229,71

Nota 06 - Dívida Ativa Tributária:

A Dívida Ativa de Longo Prazo é oriunda dos valores das Contribuições de exercícios anteriores que foram inscritos como Dívida Ativa com previsão de recebimento após o término do exercício subsequente. A Dívida de Longo Prazo registrada em 31/12/2020 contempla o valor principal acrescido de juros e multa de mora:

Para longo prazo, consideraram-se os débitos que não haviam sido parcelados, ou seja, não se encontravam em acordos, bem com os parcelamentos que excedessem o término do exercício social seguinte. Através desta sistemática foi possível aplicar critérios objetivos para segregação da dívida ativa em curto e longo prazo, conforme quadros abaixo:

Notas Explicativas

▲ DÍVIDA ATIVA – LONGO PRAZO	2020	2019
01- Dívida Ativa Longo Prazo – Fase Administrativa PF	73.303.048,53	63.591.792,88
02- Dívida Ativa Longo Prazo – Fase Executiva PF	63.621.567,58	49.189.606,97
03- Dívida Ativa Longo Prazo – Fase Administrativa PJ	0,00	0,00
04- Dívida Ativa Longo Prazo – Fase Executiva PJ	163.686,40	3.305,86
05- Receita a Classificar – 3032-5 BB		0,00
Total	137.088.302,51	112.784.705,71

▲ DÍVIDA ATIVA LONGO PRAZO	31/12/2019	(+) RECLASSIFICADO	(-) RECEBIMENTO	(-)AJUSTES EXERC. ANTERIORES	31/12/2020
01- Dívida Ativa Longo Prazo - Fase Administrativa PF	63.591.792,88	22.350.661,61	1.764.789,41	10.874.616,55	73.303.048,53
02- Dívida Ativa Pessoa Física – ADM	63.591.792,88	22.350.661,61	1.764.789,41	10.874.616,55	73.303.048,53
03- Dívida Ativa Longo Prazo - Fase Executiva PF	49.189.606,97	20.224.460,08	1.113.754,99	4.678.744,48	63.621.567,58
04- Dívida Ativa Pessoa Física – EF	49.189.606,97	20.224.460,08	1.113.754,99	4.678.744,48	63.621.567,58
05- Dívida Ativa Longo Prazo - Fase Executiva PJ	3.305,86	164.814,20		4.433,66	163.686,40
06- Dívida Ativa Pessoa Jurídica - Executiva PJ	3.305,86	164.814,20		4.433,66	163.686,40
07- Receita a Classificar - 3032-5 BB - Conta Redutora da Dívida Ativa	-628.806,01				-628.806,01
08- TOTAL	112.155.899,70	42.739.935,89	2.878.544,40	15.557.794,69	136.459.496,50

▲ AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO	2020	2019
01- (-) Ajuste de Perdas de Créditos – Pessoa Física	0,00	0,00
02- (-) Ajuste de Perdas de Créditos – Pessoa Jurídica	0,00	0,00
03- (-) Ajuste de Perda de Créditos – Div.Ativa Tributária e Contribuições Longo Prazo	-131.419.825,41	-108.457.547,33
Total	-131.419.825,41	-108.457.547,33

Na conta redutora de Receita a Classificar são registrados os recebimentos de Dívida Ativa realizada por meios judiciais nos quais existiu depósito em juízo e posterior transferência dos valores à conta do Coren-SP. Em muitos casos não é possível realizar a baixa da Dívida Ativa por falta de informação do processo e do inscrito responsável pelo pagamento.

A identificação dos créditos, por muitas vezes, ocorre de forma extemporânea, conforme justificativas apresentadas pela Gerência Jurídica quando da realização de auditoria interna sobre honorários advocatícios, em virtude dos motivos expostos a seguir:

- Demora na realização, pelo juízo, da intimação judicial acerca das transferências de valores, o que dificulta a vinculação dos valores aos processos e a confirmação dos pagamentos em sistema.

- A confirmação do pagamento judicial é realizada pela Gerência Jurídica- Dívida Ativa após a remessa da intimação judicial, na qual consta o comprovante de transferência de valores para a conta corrente do Coren/SP. Somente nesta oportunidade a Gerência Jurídica- Dívida Ativa efetua a identificação do pagamento, vinculação ao processo e baixa em sistema;

Considerando as dificuldades acima relatadas constata-se que, em muitos casos, não é possível efetuar a baixa do montante arrecadado da Dívida Ativa.

Durante o exercício de 2016, motivados a solucionar tal problema, foram estabelecidos fluxos internos para identificação dos créditos. Concomitantemente, o Conselho está buscando celebrar convênios com o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal para disponibilização das informações acerca dos depósitos judiciais e transferências realizadas, a fim de sanear a questão e dar maior celeridade na identificação e confirmação dos pagamentos judiciais.

No tocante ao ajuste de perdas de créditos da Dívida Ativa à Longo Prazo informamos que foi utilizada a mesma metodologia de cálculo mencionada no curto prazo.

▲ Base de Cálculo	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA E DE CONTRIBUIÇÕES
01- Exercício 2018		
02- Total de Saldos de Créditos Tributários a Receber Anual	0,00	247.171.510,78
03- Total de Recebimentos Anuais	0,00	13.282.679,06
04- QM = Quociente de Recebimentos		5,37%
05- PE = Perda Estimada		94,63%
06- Exercício 2019		
07- Total de Saldos de Créditos Tributários a Receber Anual	0,00	223.323.195,03
08- Total de Recebimentos Anuais	0,00	6.262.008,65
09- QM = Quociente de Recebimentos		2,80%
10- PE = Perda Estimada		97,20%
11- Exercício 2020		
12- Total de Saldos de Créditos Tributários a Receber Anual	0,00	225.545.849,84
13- Total de Recebimentos Anuais	0,00	10.378.842,58
14- QM = Quociente de Recebimentos		4,23%
15- PE = Perda Estimada		95,77%
16- Estimativa de Perda - LP		95,87%
17- Saldo 31/12/2020	128.065.372,43	137.088.302,51
18- PEM - Perda Estimada Média - 3 exercícios	0,00	131.419.825,41

Nota 07 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos:

Corresponde ao valor a ser recebido do Coren-Sergipe, em virtude de empréstimo concedido através do Processo Administrativo nº 90200/2009, registrado pelo valor original.

De acordo com o referido processo, o empréstimo de R\$ 80.000,00 atendeu o Coren-Sergipe para despesas com a contratação de serviços de projetos arquitetônicos e complementares para a sua nova sede, sem encargos.

Segundo Reunião Plenária do Coren-SP, ao qual foi submetida a matéria que trata do empréstimo realizado em prol do Coren-SE, em oportunidade pretérita, o entendimento é que a cobrança do valor em aberto está obstada devido à incidência de prazo prescricional, sendo assim ficou definido pelo colegiado deste regional, o acolhimento da prescrição do empréstimo celebrado entre as partes em 13/04/2009, sendo que as anotações de baixa dos registros contábeis ocorreram em Janeiro de 2020.

Nota 08 Imobilizado e Intangível:

Compreende os bens corpóreos e incorpóreos destinados a manutenção das atividades do COREN-SP.

Definição:

Ativo Imobilizado: É o item tangível que é mantido para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, inclusive os decorrentes de operações que transfiram para a entidade os benefícios, riscos e controle desses bens, cuja utilização se dará por mais de um período (exercício).

Bens Móveis (B.M.): Compreende os bens que têm existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia sem alteração da substância ou da destinação econômico-social. São exemplos de bens móveis as máquinas, aparelhos, equipamentos, ferramentas, bens de informática (equipamentos de processamento de dados e de tecnologia da informação), móveis e utensílios, materiais culturais, educacionais e de comunicação, veículos, bens móveis em andamento, dentre outros.

Notas Explicativas

Bens Imóveis (B.I.): Compreende os bens vinculados ao terreno (solo) que não podem ser retirados sem destruição ou danos. São exemplos deste tipo de bem os imóveis residenciais, comerciais, edifícios, terrenos, aeroportos, pontes, viadutos, obras em andamento, hospitais, dentre outros.

Os Bens Móveis, Imóveis e Intangíveis foram reavaliados no exercício de 2015, em atendimento às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, especificamente à NBC T 16.10.

As depreciações foram geradas mensalmente através do Sistema de Patrimônio e os lançamentos foram refletidos no Sistema Contábil, conforme quadro abaixo:

Ativo Intangível (I.): É um ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

CONTA	SALDO EM 31/12/2018	AQUISIÇÕES	BAIXAS	SALDO 31/12/2019	DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	SALDO LÍQUIDO CONTÁBIL 31/12/2019
01- Biblioteca	44.455,79	683,40	0,00	45.139,19	0,00	45.139,19
02- Utensílios de Copa e Cozinha	107.043,90	0,00	0,00	107.043,90	58.696,17	48.347,73
03- Equipamentos De Informática	1.431.190,71	1.554.531,16	489,98	2.985.231,89	751.443,07	2.233.788,82
04- Máquinas e Equipamentos	414.628,81	546,00	0,00	415.174,81	223.744,68	191.430,13
05- Mobiliário Geral	1.068.430,52	0,00	0,00	1.068.430,52	494.944,43	573.486,09
06- Equipamentos de Áudio, Vídeo e Foto	286.212,14	0,00	0,00	286.212,14	155.560,93	130.651,21
07- Equipamentos de Telefonia e Comunicação	36.583,05	0,00	0,00	36.583,05	1.144,32	35.438,73
08- Aparelho de Medição e Orientação	204.069,90	0,00	0,00	204.069,90	169.906,96	34.162,94
09- Obras em Andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10- Edifícios	86.658.735,74	0,00	0,00	86.658.735,74	18.069.846,37	68.588.889,37
11- Softwares E Aquisições De Licenças	985.874,72	245.646,72	7.328,32	1.224.193,12	466.760,30	757.432,82
Total	91.237.225,28	1.801.407,28	7.818,30	93.030.814,26	20.392.047,23	72.638.767,03

Nota 09: Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas:

A depreciação e a Amortização do ativo é calculada pelo método linear com as alíquotas em conformidade com a legislação do Imposto de Renda conforme quadro abaixo demonstrado e as variações dos anos 2019 e 2020.

Contas	2020	2019
01- Utensílios de Copa e Cozinha	71.295,13	6.288,38
02- Equipamentos de Informática	1.340.960,55	221.712,30
03- Máquinas e Equipamentos	259.531,13	53.723,65
04- Móveis e Utensílios	533.704,15	77.046,07
05- Equipamentos de Áudio, Vídeo e Foto	175.497,08	36.321,18
06- Equipamentos de Telefonia e Comunicação	4.437,19	286,08
07- Equipos Médicos Hospitalares + Bens Móveis	427.446,75	35.417,85
08- Softwares E Licenças	28.212,67	9.887,33
09- Edifícios	4.551.600,36	4.553.593,92
Total	7.392.685,01	4.994.276,76

Nota 10: Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo:

Compreende as obrigações referentes a Salários e Remunerações, bem como encargos sociais como INSS, FGTS e PIS, com vencimento até o término do exercício seguinte, apropriados de acordo com a legislação vigente, conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	2020	2019
01- Salários e Remunerações a pagar	5.383,48	0,00
02- Encargos Sociais a pagar	1.251.010,88	1.200.963,92
Total	1.256.394,36	1.200.963,92

Notas Explicativas

Nota 11: Fornecedores e Contas a Pagar à Curto Prazo:

Representado por valores a pagar aos fornecedores pela aquisição de materiais e/ou serviços, decorrentes dos empenhos liquidados e não pagos até o encerramento do exercício, isto é, compreende os Restos a Pagar Processados inscritos no exercício e os Restos a Pagar Prorrogados.

São Restos a Pagar todas as despesas regularmente empenhadas, do exercício atual ou anterior, mas não pagas ou canceladas até 31 de dezembro do exercício financeiro vigente. Distingue-se dois tipos de restos a pagar: os processados (despesas já liquidadas); e os não processados (despesas a liquidar ou em liquidação). A continuidade dos estágios de execução dessas despesas ocorrerá no próximo exercício, devendo ser controlados em contas de natureza de informação orçamentária específicas. Nessas contas constarão as informações de inscrição, execução (liquidação e pagamento) e cancelamento. Também, haverá tratamento específico para o encerramento, transferência e abertura de saldos entre o exercício financeiro que se encerra e o que inicia. (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 8ª edição)

DESCRIÇÃO	2020	2019
01- Restos a Pagar Processados	1.959.741,53	2.108.678,98
02- Restos a Pagar não Processados	208.239,76	
Total	2.167.981,29	2.108.678,98

Nota 12: Obrigações Fiscais a Curto Prazo:

Compreende os impostos retidos de terceiros e funcionários com vencimento até o término do exercício seguinte, conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	2020	2019
01- INSS – Contribuição dos Segurados	230.370,10	
02- INSS - Serviços de Terceiros	12.090,64	
03- IRRF - Código 0561	1.128.926,28	
04- IRRF - Código 3208	2.253,48	
05- ISS a Recolher	11.627,64	
06- COSIRF - Código 6175	4,65	
07- COSIRF - Código 6230	4,29	
08- COSIRF - Código 6243	5,83	
09- PIS/PASEP tx.Lic. a Recolher	51.031,57	52.114,73
10- TOTAL	1.436.314,48	52.114,73

Nota 13 Obrigações de Repartição a Outros Entes:

Compreende o valor a pagar da cota parte apurada sobre as receitas recebidas pelo Conselho, nos termos do Artigo nº 10 da Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, conforme quadro abaixo:

Cota Parte	2020	2019
01- Cota Parte Cofen	47.366,69	40.139,48

Como pode ser verificado acima, no exercício corrente a grande maioria dos valores referentes a repasse da Cota Cofen 25% sobre a receita que ingressaram nas contas correntes do conselho e foram repassados dentro do próprio exercício, restando como saldo a ser repassado no início seguinte o valor **R\$ 47.366,69**.

Nota 14: Provisões a Curto Prazo:

• Provisões judiciais

O Conselho é parte envolvida em processos judiciais de naturezas trabalhistas, cíveis e tributárias, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Assim, em atendimento à NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes foram efetuados os registros das provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis, conforme quadro abaixo:

TIPO DE PROVISÃO	2020	2019
01- Provisões trabalhistas	936.229,44	1.835.208,79
02- Provisões tributárias	46.582,59	59.309,52
03- Provisões cíveis	11.539,88	10.539,88
Total	994.351,91	1.905.058,19

Para constituição da provisão foi utilizado como base o Relatório de Provisionamento emitido pela Gerência Jurídica – GJUR, conforme termos processuais, contendo os detalhamentos de fase, valor econômico e risco relacionados às demandas judiciais que envolvem o Coren/SP. Este relatório foi elaborado pela Gerência Jurídica com base nos seguintes critérios:

a) *Provável: a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é maior do que a de não ocorrer (há decisão judicial parcial ou totalmente desfavorável aos interesses do COREN-SP);*

b) *Possível: a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é menor que provável, mas maior que remota (ainda não há decisão judicial, mas é possível que a mesma venha a ser contrária aos interesses do COREN-SP);*

c) *Remota: a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é pequena (há decisão judicial favorável aos interesses do COREN-SP).*

As contingências cujos riscos de perda foram classificados como PROVÁVEL foram 100% provisionadas.

• Provisões de férias e encargos incidentes sobre férias

As provisões de férias são constituídas mensalmente em atendimento ao Regime de Competência com base nos saldos de férias adquiridas e proporcionais dos funcionários do COREN-SP, acrescidos dos respectivos encargos sociais, conforme quadro abaixo:

TIPO DE PROVISÃO	2020	2019
01- Provisão de Férias	3.852.981,52	4.902.260,31
02- Provisão de INSS s/Férias	845.683,30	1.101.469,28
03- Provisão de FGTS s'/Férias	307.979,97	391.642,03
Total	5.006.644,79	6.395.371,62

Nota 15: Demais Obrigações a Curto Prazo:

Compreende as demais obrigações junto a terceiros, não enquadráveis nos subgrupos acima elencados e com vencimento até o término do exercício seguinte. O saldo contábil no encerramento do exercício de 2020 foi de R\$ 7.405.485,64, onde destacaremos algumas contas que compõem o grupo.

Notas Explicativas

• Consignações em Folha de Pagamento

Constituem as retenções efetuadas em Folha de Pagamento, passíveis de repasse a terceiros, conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	2020	2019
01- Mensalidades Sindicais	0,00	0,00
02- Funcionário Cedido Cofen	28.522,04	0,00
03- Contribuição Assistencial		12.246,87
04- Empréstimos Consignados (*)	86.055,16	94.213,59
Total	114.577,20	106.460,46

(*) Destacamos que durante o exercício de 2019 o Coren/SP celebrou convênios com a Caixa Econômica Federal e Banco Bradesco, para concessão de empréstimos aos seus funcionários por meio de consignação em folha de pagamento.

• Depósitos de Diversas Origens

Constituem depósitos efetuados em favor do Conselho, passíveis de repasse a terceiros ou identificação de sua origem, bem como outras obrigações não classificáveis nos itens anteriores, conforme detalhado no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	2020	2019
01- Depósitos a Identificar	15.342,81	23.812,23
02- Receitas a Classificar		0,00
03- Cauções de Terceiros	3.836,05	3.836,05
04- Restituições a Pagar	405,34	405,34
05- Honorários de Sucumbência	68.033,66	51.477,24
06- Receita a Classificar 2195		0,00
07- Receitas a Classificar 3032	367.497,42	304.983,73
Total	455.115,28	384.514,59

Os Depósitos a Identificar referem-se a valores que ingressaram nas contas bancárias do Coren/SP, ainda não identificados ou reclamados por terceiros. As Cauções de Terceiros constituem depósitos efetuados por fornecedores para garantia de participação em licitações e formalização de contratos.

Restituições a pagar constituem valores a serem restituídos aos profissionais da Enfermagem, pendentes de efetivação bancária até o momento.

Receita a Classificar são valores creditados em conta corrente que, no primeiro momento não foram identificadas pela GJUR (Gerência Jurídica), referente às execuções de dívida ativa.

• Receita Antecipada a Curto Prazo:

O valor de **R\$ 5.448.956,83** corresponde à parcela de recebimento antecipado de anuidades referente ao exercício de 2021 recebida no exercício de 2020. Tais valores foram reconhecidos no Passivo, sem o reconhecimento da VPA correspondente, haja vista que o direito da entidade aos tributos ocorrerá no exercício seguinte, de acordo com o disposto no MCASP 8ª edição item 8.5, Parte II:

DESCRIÇÃO	2020	2019
01- Antecipação de Anuidades PF	5.446.386,55	4.393.330,43
02- Antecipação de Anuidades PJ	2.570,28	1.285,14
Total	5.448.956,83	4.394.615,57

Nota 16: Provisões à Longo Prazo:

No exercício corrente houve a segregação das provisões dos passivos trabalhistas em curto e longo prazo para que as informações contábeis sejam melhores evidenciadas em conformidade com à NBC TSP 03 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes foram efetuados os registros contábeis das provisões para riscos fiscais trabalhistas, tributários e cíveis, conforme quadro abaixo:

TIPO DE PROVISÃO	2020	2019
01- Provisões trabalhistas	2.458.310,61	2.973.552,65
02- Provisões tributárias	22.932,95	32.018,83
03- Provisões cíveis e Saúde Pública	68.195,76	68.395,76
Total	2.549.439,32	3.073.967,24

Nota 17: Resultados Acumulados:

DESCRIÇÃO	2020	2019
01- PATRIMÔNIO LÍQUIDO	334.116.891,33	316.498.248,92
02- Ajuste de Exercícios Anteriores	7.854.168,68	-20.697.572,91
03- Resultado do Exercício	25.472.811,09	92.416.501,45
04- Superávit/Déficit Acumulados Exercícios Anteriores	316.498.248,92	244.779.320,38

Na conta de Ajustes de Exercícios anteriores destacamos a variação do estoque dívida ativa no exercício de 2020, como sendo oriunda de uma mudança na reestimativa nos critérios de apuração dos créditos a receber, como o relatório da posição da dívida gerado no sistema SICSP 2.0 não consegue evidenciar ainda os juros e atualizações monetárias, não nos cabe falar em evolução ou decréscimo do estoque da dívida, mais sim, de variações produzidas por mudança de critérios de apuração da mesma, então foram produzidos lançamentos contábeis.

Da análise destes relatórios, verificou se que não é possível segregar o valor principal da atualização monetária, deste modo foi consenso entre as áreas técnicas Controladoria e Contabilidade o reconhecimento como ajuste desse valor como resultado exercícios anteriores conforme quadro abaixo:

Composição da Conta 2020	R\$
01- Saldo Anterior	20.697.572,91
02- Transferência do saldo da conta de Ajuste p/Resultado de Execs.Anteriores	-20.697.572,91
03- Ajuste de Critério Dívida Ativa	-7.609.429,65
04- Regularizações de Pendências em anos anteriores	-244.739,03
04- Saldo Final 31/12/2020	-7.854.168,68

O resultado patrimonial foi apurado com base no Regime de Competência das receitas e das despesas, de acordo com as normas contábeis. Compreende o superávit patrimonial da Autarquia (Resultado do Exercício), a saber:

01- (+) Variação Patrimonial Aumentativa	360.463.975,76
02- (-) Variação Patrimonial Diminutiva	334.991.164,67
03- (=) RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO	25.472.811,09

Notas Explicativas

Demonstrações das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício.

Caso o total das variações patrimoniais aumentativas seja superior ao total das variações patrimoniais diminutivas, temos que o resultado patrimonial foi superavitário ou que houve um superávit patrimonial. Caso contrário, diz-se que o resultado patrimonial foi deficitário ou que houve um déficit patrimonial.

Nota 18 Contribuições:

Receita de Arrecadação de Anuidade teve um discreto decréscimo de -0,25% do exercício 2019 para 2020, isto ocorreu devido a retração da economia no exercício e o aumento da inadimplência devido aos efeitos causados pela pandemia.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (VPA)	2020	2019	AV
01- Contribuições	168.107.530,95	168.521.015,11	-0,25%
02- Exploração e venda de bens, serviços e direitos	14.173.083,34	23.971.513,34	-40,88%
03- Variações patrimoniais aumentativas financeiras	8.336.387,72	6.177.912,42	34,94%
04- Transferências recebidas			
05- Valorização e ganhos com ativos	2.616,76	6.733,47	-61,14%
06- Outras variações patrimoniais aumentativas	169.844.356,99	231.534.406,66	-26,64%
07- TOTAL (VPA)	360.463.975,76	430.211.581,00	-16,21%

Nota 19 Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direitos:

Compreende as variações patrimoniais aumentativas auferidas com a exploração e venda de bens, serviços e direitos, que resultem em aumento do patrimônio líquido, independentemente de ingresso, segregando-se a venda bruta das deduções como devoluções, abatimentos e descontos comerciais concedidos.

Receita de Prestação de Serviços são compostas, taxas cobradas no exercício de poder de polícia são: Taxas de inscrições pessoas físicas, Expedição de Certidão PJ, Expedição de Carteiras PF, Taxa de Inscrição Pessoas Jurídicas e Outros Serviços, houve um decréscimo, quando comparamos os exercícios de 2019 e 2020, de -40,88%, este decréscimo se justifica devido à extinção de várias taxas, conforme determinação do Tribunal de Contas da União (TCU), o que demandou a reorganização do orçamento.

Nota 20 Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras:

Representam o somatório das variações patrimoniais aumentativas decorrentes de operações financeiras. São exemplos: juros e encargos de empréstimos internos concedidos, juros e encargos de empréstimos externos concedidos, juros e encargos de financiamentos internos concedidos, juros e encargos de mora, etc.

Em relação às Receitas Patrimoniais houve um aumento de 34,94%, quando comparamos os exercícios de 2019 e 2020, estas receitas são provenientes de aportes e seus respectivos rendimentos aplicados pelo Coren-SP em CDB.

Nota 21 Valorizações e Ganhos com Ativos:

Representam o somatório da variação patrimonial aumentativa com reavaliação e ganhos de ativos, bem como com a desincorporação de passivos. São exemplos: reavaliação de imobilizado, reavaliação de intangíveis, ganhos com alienação de investimentos, ganhos com alienação de imobilizado, ganhos com incorporação de ativos por descobertas, ganhos com desincorporação de passivos, etc.

Quando comparamos os exercícios de 2019 e 2020, os perdas na venda de Ativos representaram uma redução de aproximadamente 61,14%.

Notas Explicativas

Nota 22 Outras Variações Patrimoniais Aumentativas:

Representam o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores. São exemplos: resultado positivo de equivalência patrimonial, reversão de provisões e ajustes de perdas, etc.

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas, item de maior representatividade no grupo, houve um aumento significativo devido mudanças na políticas contábeis, visando ao atendimento das Normas Brasileiras aplicadas a Setor Público como : à reversão de Provisões para perdas com dívida ativa, reversão de processos trabalhistas, cíveis e demais provisões.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (VPD)	2020	2019	AV
01- Pessoal e encargos	71.654.405,43	72.243.669,26	-0,82%
02- Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	24.730.887,72	24.661.184,66	0,28%
03- Variações patrimoniais diminutivas financeiras	20.895.177,57	6.666.702,44	213,43%
04- Transferências concedidas	80.000,00	37.090.590,54	-99,78%
05- Desvalorização e perda de ativos	174.049.998,84	192.282.388,47	-9,48%
06- VPD Tributárias	12.756,29	13.561,83	-5,94%
07- Outras variações patrimoniais diminutivas	43.567.938,82	4.836.982,35	800,73%
TOTAL (VPD)	334.991.164,67	337.795.079,55	-0,83%

Nota 23: Pessoal e Encargos:

Resultantes da remuneração do pessoal ativo, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos, soldos e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis estabelecidas em lei decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público. Compreende ainda, obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento dos órgãos e demais entidades do setor público.

As despesas com pessoal e encargos decresceu em -0,82% pois não foi repassado o reajuste da inflação do período no dissídio coletivo, esta foi uma medida adotada para equilibrar as contas públicas tendo em vista os reflexos causados pela pandemia da COVID-19 tanto no Brasil quanto no Mundo, e tendo em vista também, a redução da receita durante o exercício de 2020. Para que os colaboradores não tivessem uma perda tão acentuada foram reajustados os benefícios como Vale Alimentação em 10%, Vale Refeição em 5% Auxílio creche a partir de novembro/2020.

Nota 24 Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo:

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública, exceto despesas com pessoal e encargos que serão registradas em grupo específico (despesas de pessoal e encargos). Compreende: diárias, material de consumo, material de distribuição gratuita, passagens e despesas com locomoção, serviços de terceiros, aluguel, depreciação, amortização, exaustão, entre outras.

Quando analisamos os exercícios de 2019 e 2020, notamos um discreto aumento de aproximadamente 0,28%, tendo como um dos fatores, o aumento do valor gasto com locação de bens imóveis, entre outras pequenas despesas durante o exercício de 2020.

Nota 25 Variações patrimoniais diminutivas financeiras

Compreende as variações patrimoniais diminutivas com operações financeiras, tais como: juros incorridos, descontos concedidos, comissões, despesas bancárias e correções monetárias.

No exercício de 2020, houve um aumento significativo de 213,44% em relação ao exercício 2019 e 2020, isso se deve ao aumento de despesas bancárias e aos descontos concedidos ao pagamento antecipado das anuidades do exercício.

Nota 26 Transferências concedidas:

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências a instituições multigovernamentais, transferências a instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências a convênios, transferências ao exterior e execuções orçamentárias delegadas.

Quando analisamos os exercícios de 2019 em comparação ao de 2020, houve um decréscimo quando comparados os exercício 2019/2020 de aproximadamente -99,78%, ocasionado pelo mudanças de critérios de contábeis na apuração da constituição da provisão da Cota Cofen.

Nota 27 Desvalorização e perda de ativos:

Representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com desvalorização e perdas de ativos, nos casos de reavaliação, redução a valor recuperável, provisões para perdas, perdas com alienação de ativos e perdas involuntárias. Compreende também a variação patrimonial diminutiva com incorporação de passivo e desincorporação de ativos, como por exemplo a desincorporação da dívida ativa tributária.

Os ajustes de perdas de dívida ativa foram realizados com base em cálculos dos recebíveis dos exercícios de 2019 para 2020 confrontados pelo estoque da dívida para estes exercícios, aplicando-se, a estes saldos de estoque devedor, um índice de provável perda para cada exercício.

Nota 28 VPD Tributárias:

Compreendem o somatório das variações patrimoniais diminutivas relativas às obrigações de responsabilidade do ente ou entidades públicas relativas à impostos, taxas e contribuições de melhoria e houve uma diminuição de 2019 para 2020 em 5,94%.

Nota 29 Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Compreendem o somatório das variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores. São valores referentes à constituição de provisões de riscos trabalhistas, riscos fiscais e cíveis e constituição da Repartição da Cota Cofen, houve um acréscimo significativo quando comparamos os exercício 2019/2020 de aproximadamente 800,73%, ocasionado pelo mudanças de critérios de contábeis na apuração da constituição da provisão da Cota Cofen.

Notas Explicativas

Nota 30 Resultado Patrimonial:

Resultado patrimonial do período é calculado pela diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD). Quando este resultado é positivo temos superávit patrimonial. Caso contrário temos um déficit patrimonial no período.

Em 2020 o resultado Patrimonial do Coren-SP foi um superavitário em R\$ **25.472.811,09**, observa-se um decréscimo do Resultado Patrimonial de 2020 em comparação a 2019 de aproximadamente -72,44%.

	2020	2019	AV
01- VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (VPA)			
02- Total da VPA	360.463.975,76	430.211.581,00	-16,21%
03- VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (VPD)			
04- Total da VPD	334.991.164,67	337.795.079,55	-0,83%
05- Resultado Patrimonial	25.472.811,09	92.416.501,45	-72,44%

Execução Restos a Pagar

Notas 31 e 32 – Inscrição de Restos a Pagar Processados e não Processados:

No fim de cada exercício, as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas serão inscritas em restos a pagar, e distinguem-se em dois tipos: os restos a pagar processados (despesas já liquidadas) e os não processados (despesas a liquidar ou em liquidação). Do total de inscrições de restos a pagar processados 2020 em relação a 2019 constata-se uma redução de 33,56%, já os saldos dos restos a pagar não processados, também sofreram uma redução 21,46 %. Informamos que a composição de restos a pagar são provenientes, na sua maioria, de saldos de empenhos devidos aos prestadores de serviços do Coren/SP. Acompanha o quadro principal do Balanço Orçamentário, os quadros da execução dos Restos a Pagar Não Processados e execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados.

	2020	2019	AH
01- Inscrições em Restos a Pagar Processados	3.300.987,01	4.968.315,83	-33,56%
02- Inscrições em Restos a Pagar não Processados	2.638.172,54	3.358.977,93	-21,46%
03- Total	5.939.159,55	8.327.293,76	

COREN/SP

DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2020

LRF, artigo 53, inciso V

CONTA	Inscrições Exercícios Anteriores		Liquidação	Movimentação 2020						Inscrição ao Final do Exercício 2020		Saldo para 2020	
	Processados	Não Processados		Pagamentos		Cancelamentos		Prorrogado		Processados	Não Processados	Processados	Não Processados
				Processados	Não Proces.	Procesados	Não Proces.	Processados	Não Proces.				
VENCIMENTOS E VANTAGENS - PESSOAL CIVIL	1.723.016,98	0,00	0,00	1.723.016,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.894.527,07	918.340,41	75.033,48	912.351,83
Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas	1.723.016,98	0,00	0,00	1.723.016,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.894.527,07	918.340,41	75.033,48	912.351,83
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	987.640,57	3.471.380,95	2.894.772,90	943.902,31	2.686.533,14	0,00	386.317,22	43.669,18	660.650,82	1.406.459,94	1.655.832,13	271.108,70	1.535.086,49
Transferências da Intragovernamentais	40.139,48	0,00	0,00	40.139,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47.366,69	0,00	0,00	0,00
Outras despesas Correntes - Aplicações Diretas	947.501,09	3.471.380,95	2.894.772,90	903.762,83	2.686.533,14	0,00	386.317,22	43.669,18	660.650,82	1.359.093,25	1.655.832,13	271.108,70	1.535.086,49
INVESTIMENTOS	691.989,56	2.157.585,70	2.069.167,01	691.989,56	2.069.167,01	0,00	27.509,36	0,00	0,00	0,00	64.000,00	0,00	88.418,69
Investimentos - Aplicações Diretas	691.989,56	2.157.585,70	2.069.167,01	691.989,56	2.069.167,01	0,00	27.509,36	0,00	0,00	0,00	64.000,00	0,00	88.418,69
TOTAL	3.402.647,11	5.628.966,65	4.963.939,91	3.402.647,11	4.755.700,15	0,00	413.826,58	43.669,18	660.650,82	3.300.987,01	2.638.172,54	346.142,18	2.535.857,01

Nota: Restos a Pagar Não Processados Liquidados e não pagos e não cancelados terão seus valores inseridos na coluna de Prorrogação de Processados.

Notas Explicativas

Nota 33 – Saldo em Espécies do Exercício Anterior:

Comparando o Saldo em Espécies Exercício Anterior verifica-se um crescimento de 42,36%, sendo que a composição deste grupo de contas é representado pelas disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa de curtíssimo prazo como aplicações financeiras em CDB, Caderneta de Poupança e Saldos em Contas Correntes.

	2020	2019	AH
01- Saldo em espécie do Exercício Anterior	78.377.495,26	55.056.381,95	42,36%
02- Caixa e Equivalente de Caixa	77.192.796,80	54.043.399,62	42,83%
03- Depósitos. Rest. Vlrs Vinculados	1.184.698,46	1.012.982,33	16,95%

Nota 34 e 35 – Pagamentos de Restos a Pagar Processados e não Processados:

	2020	2019	AH
01- Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	4.755.700,15	2.179.461,51	118,21%
02- Pagamentos de Restos a Pagar Processados	3.358.908,85	1.745.445,34	92,44%
03- TOTAL	8.114.609,00	3.924.906,85	106,75%

Quando comparamos os pagamentos de restos a pagar processados e não processados em 2020, notamos um acréscimo percentual de 106,75% quando comparados com ao exercício 2019, sendo que o maior destaque se refere aos restos a pagar não processados representado por um acréscimo percentual de 118,21% em relação ao exercício 2019.

Nota 36 – Saldo em Espécies para o Exercício Seguinte:

Comparando o Saldo em Espécies Exercício Seguinte verifica-se um crescimento de 42,36% de 2019 para 2020 devido ao aumento nos saldos das disponibilidades financeiras representadas por caixa e equivalentes de caixa de curtíssimo prazo como aplicações financeiras em CDB, Caderneta de Poupança e Saldos em Contas Correntes.

	2020	2019	AH
01- Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	89.531.128,41	78.377.495,26	14,23%
02- Caixa e Equivalente de Caixa	88.396.385,62	77.192.796,80	14,51%
03- Depósitos. Rest. Vlrs Vinculados	1.134.742,69	1.184.698,46	-4,22%

Nota 37 – Geração de Caixa e Equivalentes de Caixa:

	dez/20	dez/19	AH(%)
01- Atividades Operacionais	12.197.092,01	24.115.534,45	-49,42%
02- Atividades de Investimentos	-993.503,19	-978.717,27	1,51%
03- Atividades de Financiamento			
04- Total	11.203.588,82	23.136.817,18	-51,52%

A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa é igual ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro, corresponde ao fluxo líquido (entradas menos saídas) de recursos durante o período no exercício de 2020 o valor foi superavitário de R\$ 11.203.588,82, mas em comparação a 2019 e houve um decréscimo de -51,58% devido à desaceleração das atividades operacionais provocadas pela pandemia de COVID-19.

Créditos

A elaboração deste Relatório de Gestão contou com a contribuição das seguintes áreas do Coren-SP:

Presidência

Diretoria

Preparo e disponibilização das informações

- Controladoria Geral
- Corregedoria
- Gabinete da Presidência
- Gerência Administrativa
- Gerência de Atendimento ao Profissional
- Gerência de Comunicação
- Gerência de Compras e Contratos
- Gerência Coren-SP Educação
- Gerência de Fiscalização
- Gerência Financeira/ Contabilidade
- Gerência Gestão de Pessoas
- Gerência Jurídica- Dívida Ativa
- Gerência de Tecnologia da Informação

Execução

- Chefe de Gabinete da Presidência
- Gerente Executivo Administrativo
- Gerente Financeiro
- Coordenador da Contabilidade
- Coordenador do Suporte da Área de TI
- Designer Gráfico da Gerência de Comunicação
- Créditos das imagens:
 - Página 1: senivetro/freepik
 - Páginas 5, 12, 19: 8photo/freepik
 - Página 23: jcomp/freepik
 - Página 55: snowing/freepik

Relatório de Gestão 2020



Coren^{SP}
Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo